

Rocha Terminais
Portuários e
Logística S.A.

**Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2020 e 2019**

Conteúdo

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas	3
Balancos patrimoniais	7
Demonstrações de resultados	8
Demonstrações de resultados abrangentes	9
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	10
Demonstrações dos fluxos de caixa - método indireto	11
Notas explicativas às demonstrações financeiras	12



KPMG Auditores Independentes
The Five East Batel
Rua Nunes Machado, nº 68 - Batel
Caixa Postal 13533 - CEP: 80250-000 - Curitiba/PR - Brasil
Telefone +55 (41) 3304-2500
kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

**Aos Conselheiros e Diretores da
Rocha Terminais Portuários e Logística S.A.**
Paranaguá - PR

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Rocha Terminais Portuários e Logística S.A. (Companhia), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Rocha Terminais Portuários e Logística S.A. em 31 de dezembro de 2020, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Curitiba, 5 de março de 2021

KPMG Auditores Independentes
CRC SP-014428/O-6 F-PR



Edson Rodrigues da Costa
Contador CRC PR-054199/O-0

Rocha Terminais Portuários e Logística S.A.

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Em milhares de Reais)

Ativo	Nota	Controladora		Consolidado		Passivo	Nota	Controladora		Consolidado	
		2020	2019	2020	2019			2020	2019	2020	2019
Circulante						Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	10	223.915	116.240	225.457	117.755	Fornecedores	17	17.156	21.149	21.415	24.119
Contas a receber de clientes	11	22.426	16.937	25.879	24.216	Empréstimos e financiamentos	18	72.205	82.160	76.060	86.135
Impostos a recuperar	12	6.877	9.113	8.215	10.557	Impostos e contribuições a recolher	19	2.111	1.453	3.484	3.872
Dividendos a receber	20	40.362	3.540	34.139	666	Obrigações trabalhistas e previdenciárias		6.864	6.242	8.497	8.018
Outros ativos circulantes		7.754	6.913	8.597	7.290	Adiantamentos de clientes		6.159	3.070	6.516	9.483
		<u>301.334</u>	<u>152.743</u>	<u>302.287</u>	<u>160.484</u>	Arrendamento mercantil	7.c	17.624	12.941	19.805	14.451
						Outras contas a pagar	17	-	319	16.201	16.391
						Dividendos a pagar	20	33.748	2.453	33.748	2.453
								<u>155.867</u>	<u>129.787</u>	<u>185.726</u>	<u>164.922</u>
Não circulante						Não circulante					
Contas a receber de clientes	11	9.469	10.724	1.040	942	Fornecedores	17	285	298	285	298
Impostos a recuperar	12	5.049	3.181	14.863	13.609	Empréstimos e financiamentos	18	231.734	127.870	241.349	137.245
Imposto de renda e contribuição social diferidos	13	5.154	7.039	12.620	13.449	Arrendamento mercantil	7.c	68.936	70.432	79.206	79.978
Depósitos judiciais	21	43.748	38.179	43.750	38.179	Outras contas a pagar	17	43.244	37.362	71.739	82.059
Outras contas a receber		6.114	5.777	7.452	6.285	Provisão para contingências	21	8	240	5.465	4.633
Investimentos	14	400.508	367.627	382.929	370.495			<u>344.207</u>	<u>236.202</u>	<u>398.044</u>	<u>304.213</u>
Imobilizado	15	513.201	478.120	543.430	503.875	Patrimônio líquido					
Direito de uso - Arrendamento	7.c	79.437	79.772	90.951	90.349	Capital social	22.a	31.574	31.574	31.574	31.574
Intangível	16	4.005	2.529	52.393	51.170	Reservas de capital	22.b	490.247	490.247	490.247	490.247
		<u>1.066.685</u>	<u>992.948</u>	<u>1.149.428</u>	<u>1.088.353</u>	Reservas de lucros	22.d 22.e	346.124	257.881	346.124	257.881
								<u>867.945</u>	<u>779.702</u>	<u>867.945</u>	<u>779.702</u>
		<u>1.368.019</u>	<u>1.145.691</u>	<u>1.451.715</u>	<u>1.248.837</u>			<u>1.368.019</u>	<u>1.145.691</u>	<u>1.451.715</u>	<u>1.248.837</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Rocha Terminais Portuários e Logística S.A.

Demonstrações de resultados

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Em milhares de Reais)

		<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	Nota	2020	2019	2020	2019
Receita líquida de vendas	23	306.933	299.530	408.962	395.543
Custo dos serviços prestados	24	<u>(236.676)</u>	<u>(239.761)</u>	<u>(300.457)</u>	<u>(304.354)</u>
Lucro bruto		70.257	59.769	108.505	91.189
(Despesas) receitas operacionais					
Comerciais	24	(315)	(399)	(315)	(399)
Administrativas e gerais	24	(15.512)	(12.294)	(16.199)	(13.581)
Outras despesas operacionais, líquidas		<u>(1.763)</u>	<u>(161)</u>	<u>(3.271)</u>	<u>(557)</u>
Resultado antes das despesas financeiras líquidas, equivalência patrimonial e impostos		<u>52.667</u>	<u>46.915</u>	<u>88.720</u>	<u>76.652</u>
Receitas financeiras	25	3.191	4.772	3.381	6.141
Despesas financeiras	25	<u>(24.385)</u>	<u>(35.408)</u>	<u>(26.903)</u>	<u>(38.066)</u>
Despesas financeiras, líquidas		<u>(21.194)</u>	<u>(30.636)</u>	<u>(23.522)</u>	<u>(31.925)</u>
Resultado de equivalência patrimonial	14	<u>109.781</u>	<u>79.913</u>	<u>85.985</u>	<u>67.001</u>
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social		141.254	96.192	151.183	111.728
Imposto de renda e contribuição social - corrente	13	(6.263)	(4.749)	(17.230)	(14.571)
Imposto de renda e contribuição social - diferido	13	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>1.038</u>	<u>216</u>
Resultado do exercício		<u>134.991</u>	<u>91.443</u>	<u>134.991</u>	<u>97.373</u>
Resultado atribuível aos acionistas					
Acionistas controladores		134.991	91.443	134.991	91.443
Acionistas não controladores		<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>5.930</u>
Resultado do exercício		<u>134.991</u>	<u>91.443</u>	<u>134.991</u>	<u>97.373</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Rocha Terminais Portuários e Logística S.A.

Demonstrações de resultados abrangentes

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Em milhares de Reais)

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	2020	2019	2020	2019
Resultado do exercício	134.991	91.443	134.991	97.373
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-
Resultado abrangente total	<u>134.991</u>	<u>91.443</u>	<u>134.991</u>	<u>97.373</u>
Acionistas controladores	134.991	91.443	134.991	91.443
Acionistas não controladores	-	-	-	5.930
Resultado abrangente total	<u>134.991</u>	<u>91.443</u>	<u>134.991</u>	<u>97.373</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Rocha Terminais Portuários e Logística S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Em milhares de Reais)

Atribuível aos acionistas controladores										
	Nota	Capital social	Reserva de capital	Ágio em transação de capital	Reservas de lucros			Total	Participação de acionistas não controladores	Total do patrimônio líquido
					Reserva legal	Reserva de retenção de lucros	Lucros acumulados			
Saldos em 31 de dezembro de 2018		31.574	527.423	-	6.314	185.077	-	750.388	17.119	767.507
Resultado do exercício		-	-	-	-	-	91.443	91.443	5.930	97.373
Ágio em transação de capital	22.c	-	-	(37.176)	-	-	-	(37.176)	-	(37.176)
Aquisição da participação de não controladores		-	-	-	-	-	-	-	(23.049)	(23.049)
Destinações:										
Dividendos mínimos obrigatórios	22.f	-	-	-	-	-	(22.861)	(22.861)	-	(22.861)
Dividendos complementares	22.f	-	-	-	-	-	(2.092)	(2.092)	-	(2.092)
Retenção de lucros no exercício	22.e	-	-	-	-	66.490	(66.490)	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2019		<u>31.574</u>	<u>527.423</u>	<u>(37.176)</u>	<u>6.314</u>	<u>251.567</u>	<u>-</u>	<u>779.702</u>	<u>-</u>	<u>779.702</u>
Resultado do exercício		-	-	-	-	-	134.991	134.991	-	134.991
Destinações:										
Dividendos mínimos obrigatórios	22.f	-	-	-	-	-	(33.748)	(33.748)	-	(33.748)
Dividendos complementares	22.f	-	-	-	-	(13.000)	-	(13.000)	-	(13.000)
Retenção de lucros no exercício	22.e	-	-	-	-	101.243	(101.243)	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2020		<u>31.574</u>	<u>527.423</u>	<u>(37.176)</u>	<u>6.314</u>	<u>339.810</u>	<u>-</u>	<u>867.945</u>	<u>-</u>	<u>867.945</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Rocha Terminais Portuários e Logística S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa - método indireto

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Em milhares de Reais)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2020	2019	2020	2019
Fluxos de caixa das atividades operacionais					
Resultado do exercício		134.991	91.443	134.991	97.373
Ajustes por:					
(Reversão) constituição de provisão para perdas esperadas com clientes	11	(256)	(160)	255	(413)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	13	-	-	(1.038)	(216)
Resultado de equivalência patrimonial	14	(109.781)	(79.913)	(85.985)	(67.001)
Depreciação e amortização	15 16	34.750	31.852	42.122	37.430
Resultado na baixa de ativo permanente		58	1.570	92	1.700
Depreciação do direito de uso - arrendamento	7.c	10.501	9.340	11.746	10.371
Juros e correções incorridos	18	11.567	20.293	12.134	21.475
Juros de contrato de arrendamento	7.c 25	3.522	3.601	3.980	4.080
Amortização custo debêntures	18	380	651	380	651
(Reversão) constituição de provisão para contingências	21	(232)	-	832	184
Variações nos ativos e passivos					
(Aumento) redução em contas a receber de clientes - circulante e não circulante	11	(3.978)	73	(2.016)	646
Redução em impostos a recuperar - circulante e não circulante	12	2.253	8.184	2.955	3.167
(Aumento) em depósitos judiciais	21	(5.569)	(9.140)	(5.571)	(9.068)
(Aumento) em outras contas a receber - circulante e não circulante		(1.178)	(4.565)	(2.474)	(4.773)
(Redução) aumento em fornecedores - circulante e não circulante	17	(4.006)	8.726	(2.717)	7.684
Aumento em impostos e contribuições a recolher	19	962	56	10.691	7.318
Aumento em obrigações trabalhistas e previdenciárias		622	671	479	787
Aumento (redução) em outras contas a pagar		5.563	9.146	5.562	(6.938)
Aumento (redução) em adiantamentos de clientes		3.089	(2.285)	(2.967)	(852)
Impostos sobre o lucro pagos		(304)	-	(11.079)	(6.295)
Juros pagos	18	(11.634)	(20.656)	(12.321)	(22.472)
Fluxos de caixa líquidos provenientes das atividades operacionais		71.320	68.887	100.051	74.838
Fluxos de caixa das atividades de investimento					
Contraprestação transferida - aquisição Vanzin	2	-	-	(16.072)	(20.000)
Dividendos recebidos	14 28	40.078	89.092	40.078	88.265
Aquisição de imobilizado e intangível	15 16 28	(71.365)	(29.508)	(82.992)	(33.054)
Fluxos de caixa líquidos (usados nas) provenientes das atividades de investimento		(31.287)	59.584	(58.986)	35.211
Fluxos de caixa das atividades de financiamento					
Empréstimos e financiamentos captados	18	167.894	25.000	171.884	25.000
Pagamento de empréstimos e financiamentos - principal	18	(74.298)	(74.803)	(78.048)	(76.678)
Pagamento de arrendamentos	7.c	(10.501)	(9.340)	(11.746)	(10.371)
Dividendos pagos	22.f	(15.453)	(42.500)	(15.453)	(42.504)
Fluxos de caixa líquidos proveniente das (usados nas) atividades de financiamento		67.642	(101.643)	66.637	(104.553)
Aumento líquido em caixa e equivalentes de caixa		107.675	26.828	107.702	5.496
Demonstração do aumento em caixa e equivalentes de caixa					
No início do exercício	10	116.240	89.412	117.755	112.259
No fim do exercício	10	223.915	116.240	225.457	117.755
Aumento líquido em caixa e equivalentes de caixa		107.675	26.828	107.702	5.496

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais)

1 Contexto operacional

A Rocha Terminais Portuários e Logística S.A. ("Companhia" ou "Grupo") integra uma linha empresarial fundada em Paranaguá-PR em 29 de janeiro de 1864, dedicada às atividades portuárias e retroportuárias ininterruptas desde a origem. Com sede em Paranaguá-PR, possui filiais em Curitiba-PR e São Francisco do Sul-SC. Atua no setor de logística portuária e retroportuária, destacando-se na prestação de serviços nos segmentos de: armazenagem de cargas em graneis, siderúrgicos e carga geral; operações portuárias (descarregamento e carregamento de navios) de cargas granel de importação e granel de exportação além de carga geral e celulose; comissária de despachos aduaneiros e desembaraço de cargas; terminais de carga alfandegados, agenciamento de transporte de cargas e mercadorias e participação em outras empresas.

A Companhia tem operações nos portos de Paranaguá (PR), São Francisco do Sul (SC), Rio Grande (RS) e Itaquí (MA).

A Companhia opera no Porto de Paranaguá-PR sob certificado da Associação dos Portos de Paranaguá e Antonina "APPA", concedido somente a empresas devidamente qualificadas como "Operador Portuário" e que atendam aos requisitos exigidos pela autoridade portuária. Este certificado tem prazo de duração determinado, tendo ocorrido a última renovação em 19 de novembro de 2018, com validade até 09 de novembro de 2023. Para mantê-lo a Companhia é obrigada a cumprir as normas da autoridade portuária, bem como os dispositivos da Lei 8.630/93 (Lei da Modernização dos Portos), atualizada pela Lei 12.815/13. Na operação portuária, são pagas as taxas de pesagem, INFRAMAR e INFRAPORT à autoridade portuária em decorrência de cada operação executada, além da contratação de mão-de-obra de conferentes, arrumadores e estivadores junto ao Órgão Gestor de Mão de Obra (OGMO).

A Companhia firmou o contrato nº 115/2002 com a APPA em 16 de setembro de 2002, e opera a Instalação Portuária Alfandegada (IPA) nas dependências do Armazém 9A do Porto de Paranaguá-PR. O referido contrato teve sua adequação aos dispositivos das Leis 8.630/93 e Lei 12.815/13 e também pela Resolução ANTAQ nº 2240/11 em 3 de setembro de 2012. Este contrato possui duração de 20 (vinte) anos, tendo sua vigência até 2022, com previsão de prorrogação por igual período, podendo vigorar até 2042.

A Companhia possui também o certificado de "Operador Portuário" emitido pela Administração do Porto de São Francisco do Sul "APSFS" em consonância aos dispositivos da Lei 8.630/93 atualizada pela Lei 12.815/13, concedendo a Companhia a qualificação para executar operações no Porto de São Francisco do Sul-SC; a referida habilitação foi emitida em 3 de dezembro de 2013, com validade até 3 de dezembro de 2023. Para mantê-lo a Companhia é obrigada a cumprir as normas da autoridade portuária, bem como os dispositivos da Lei 8.630/93 (Lei da Modernização dos Portos), atualizada pela Lei 12.815/13.

A Companhia obteve através do Ato Declaratório Executivo (ADE) nº 44 da 9º SSRF da Receita Federal do Brasil publicado no D.O.U. de 25 de novembro de 2013, o alfandegamento a título permanente de seu complexo de armazenagem de granéis sólidos de importação (GIMPO), filial que está inscrita no CNPJ/ME sob nº 81.716.144/0005-74, localizada na área externa ao Porto Organizado de Paranaguá - PR, na Av. Cel. José Lobo, nº 1.913, município de Paranaguá -PR, cuja infraestrutura é composta por armazém, área de pátio com balanças e esteira que liga ao Terminal Público de Fertilizantes do Porto de Paranaguá. O alfandegamento obtido está em conformidade com os dispositivos do Contrato de Passagem nº 006/2010, ratificado por seus termos aditivos, firmado com a Administração dos Portos de Paranaguá e Antonina - APPA, confirmado pela ANTAQ (Agência Nacional de Transporte Aquaviário), o qual tem prazo de vigência de 25 anos (com validade até 2037) podendo ser prorrogado por igual período (até 2062).

Em 22 de abril de 2014, a Companhia obteve através do Ato Declaratório Executivo (ADE) nº 10 da 9º SSRF da Receita Federal do Brasil publicado no D.O.U. de 25 de abril de 2014, a extensão do alfandegamento para toda a infraestrutura do complexo de armazenagem de granéis sólidos de importação, mantidas as mesmas condições mencionadas no parágrafo acima.

Em 26 de outubro de 2017, a Companhia obteve através do Ato Declaratório Executivo (ADE) nº 19 da 9º SSRF da Receita Federal do Brasil publicado no D.O.U. de 27 de outubro de 2017, o alfandegamento a título permanente de sua instalação portuária cognominada “GEXPO”, filial que está inscrita no CNPJ/ME sob nº 81.716.144/0015-46, localizada em área contígua ao Porto Organizado de Paranaguá, na Av. Cel. José Lobo, s/nº, Oceania, Paranaguá (PR), com um montante aproximado de área de 42.222 m2, composta por 2 (dois) silos horizontais (“Silos Horizontais 3 e 4”), por instalações e equipamentos que servem de apoio à atividade de movimentação e armazenagem de granéis sólidos de origem vegetal destinados à exportação (tais como, moegas, tombadores, balanças, etc.) e, ainda, por correias transportadoras, instaladas em caráter permanente, que estabelecem a interligação entre as estruturas de armazenagem retroportuárias e o porto público (notadamente ao eixo central do denominado “Corredor de Exportação da APPA”). O alfandegamento obtido está em conformidade com os dispositivos do Contrato de Passagem nº 026/2010, ratificado por seus termos aditivos, firmado com a Administração dos Portos de Paranaguá e Antonina - APPA, confirmado pela ANTAQ (Agência Nacional de Transporte Aquaviário), o qual tem prazo de vigência de 25 anos (com validade até 2038) podendo ser prorrogado por igual período (até 2063).

Em 24 de novembro de 2017, a Companhia recebeu da Fundação Vanzolini o Certificado de Sistema de Gestão Ambiental NBR ISO 14001:2015, na mesma data recebeu o Certificado de Sistema de Gestão de Qualidade NBR ISO 9001: 2015 e recebeu ainda o Certificado de Sistema de Gestão de Segurança e Saúde Ocupacional OHSAS 18001: 2007, certificações que consolidam o Sistema de Gestão de Integrado SGI da Companhia. Em novembro de 2018, houve a renovação de todos os Certificados.

Em 2018 a Companhia obteve as Certificações de OEA (Operador Econômico Autorizado) da Receita Federal do Brasil para: (i) Operações Portuárias; (ii) Complexo de armazenagem de granéis sólidos de importação (GIMPO); (iii) Instalação Portuária Alfandegada (IPA-AZ9A); e para sua controlada Porto Seco. Em janeiro de 2019, a Companhia obteve a Certificação de OEA para a sua Instalação Portuária para Granéis Sólidos de Exportação “GEXPO”. As Certificações de OEA são verificadas e mantidas anualmente pela Receita Federal do Brasil.

Pandemia Covid-19

O surto de Coronavírus (COVID-19) gerou, e ainda gera, incertezas aos agentes econômicos, à população e aos entes governamentais. A Companhia e suas controladas implementaram diversas medidas para prevenir riscos relacionadas a pandemia, sendo a preservação da saúde pessoas a mais importante.

A Companhia e suas controladas e investidas estão inseridas no contexto de atividade essencial, e desta forma, mantém-se em plena operação.

Não houve cancelamentos de atracação navios nos meses de pico da pandemia. Também não houve redução nos serviços relacionados a armazenamento por conta das interrupções de vias e cidades com restrições de movimentação. Houve no setor de industrializados uma leve redução em volumes, no entanto, não foi relevante e as receitas da companhia e suas controladas se mantiveram em níveis similares aos verificados anteriormente a crise. As operações foram mantidas em funcionamento desde o início da pandemia. A posição de caixa e liquidez mantiveram-se consistentes com os períodos anteriores.

Os efeitos potenciais que podem ser causados pela pandemia aos negócios do Grupo são, na avaliação da Administração a redução da liquidez, por restrições de crédito ou atraso de pagamentos de clientes; ou um fechamento de cidades (*lockdown*) mais rigoroso; e o risco de *impairment* de ativos por conta dos fatores já citados. Até a data de emissão dessas demonstrações financeiras, nenhum desses potenciais riscos foi verificado, principalmente pela importância estratégica das operações do Grupo, da capilaridade de clientes e diversidade de locais de atendimento dos serviços.

Os eventos relacionados à pandemia vêm sendo monitorados e a Administração avalia os possíveis impactos às suas atividades regularmente, visando ajustar as medidas já tomadas e, ou, estabelecer novas ações de prevenção e mitigação de riscos.

As principais ações com relação aos funcionários foram: (i) entrega de materiais higiene; (ii) campanhas de conscientização, orientação e monitoramento; (iii) suspensão de viagens, visitas externas, eventos corporativos e treinamentos presenciais; e (iv) isolamento de grupos de risco e adoção de trabalho remoto, quando a função laborativa assim o permite; (v) higienização de ambientes; (v) implementação de regras de distanciamento nas dependências da Companhia; e (vii) medição de temperatura no acesso às instalações.

As medidas adotadas nos permitiram a manutenção das atividades do Grupo e o atendimento aos clientes em níveis normais e sem interrupções. As medidas de proteção e monitoramento, como uso de máscaras e o controle de temperatura corporal foram adotadas também para todos os profissionais externos que mantém contato com os colaboradores do Grupo.

As ações de prevenção e auxílio foram estendidas também às comunidades nas quais as operações do Grupo estão inseridas, sendo as principais: (i) doações para hospitais e institutos sociais em Paranaguá/PR, São Francisco do Sul/SC, Rio Grande/RS e Itaqui/MA; (ii) doação de kits de higiene e álcool gel para instituições; e (iii) doação de EPIs para instituições locais.

Em relação a liquidez da Companhia e suas controladas, a Administração dedicou-se a manter a geração de receita alinhada com o orçamento, aumentamos o controle de despesas e implantamos medidas para reduzir custos. Os planos de investimentos e os projetos estratégicos foram mantidos. Um monitoramento mais constante do fluxo de caixa também foi implementado.

As incertezas inerentes a uma crise como a que estamos vivenciando exigem comprometimento e resiliência. A Administração está atenta e realizando os esforços necessários para o enfrentamento da crise. Até a data de autorização para emissão dessas demonstrações financeiras, as operações da Companhia e de suas controladas e investidas seguem funcionando regularmente, sem interrupções ou paralisações.

A Companhia concluiu sobre a adequação do uso do princípio contábil da continuidade das operações. Até o presente momento a pandemia não causou alterações em nossas atividades e não revelou nenhum potencial risco à continuidade da Companhia e de suas controladas e investidas.

2 Relação de entidades controladas

Abaixo estão apresentadas a lista das empresas controladas pela Companhia.

Empresas	Controle	2020	2019
Rio Bacacheri Participações S.A.	Direto	100,00%	100,00%
Rocha Granéis Sólidos de Exportação S.A.	Direto	100,00%	100,00%
Vanzin Operações Portuárias S.A.	Direto	100,00%	100,00%
Porto Seco Rocha Terminais de Cargas Ltda.	Direto	99,99%	99,99%

a. Rio Bacacheri Participações S.A. (“Rio Bacacheri”)

Trata-se de uma sociedade anônima de capital fechado, com sede em Paranaguá - PR, que tem como objeto social a participação em outras empresas do segmento portuário. A Rio Bacacheri detém 100% das ações da Vanzin Operações Portuárias S.A.

b. Rocha Granéis Sólidos de Exportação S.A. (“Rocha GranExpo”)

Trata-se de uma sociedade de propósito específico (SPE), com sede em Paranaguá - PR, que tem como objeto social as atividades de operação portuária de granéis sólidos de exportação. A Rocha GranExpo atualmente encontra-se sem atividades operacionais.

c. Vanzin Operações Portuárias S.A. (“Vanzin”)

Trata-se de uma sociedade anônima de capital fechado, com sede em Rio Grande - RS, que tem como objeto social as atividades de operação portuária de granéis e carga geral, oriundos de importações e/ou destinados a exportações e, ainda, armazenagem de granel de importação. A Vanzin detém 50% das ações da Companhia Operadora Portuária do Itaquí-COPI.

d. Porto Seco Rocha Terminais de Cargas Ltda. (“Porto Seco”)

Trata-se de uma sociedade limitada, com sede em São Francisco do Sul - SC, que tem como objeto social a operação e exploração de terminal alfandegado de uso público, destinado à prestação de serviços públicos, de movimentação e armazenagem de mercadorias no Porto Seco de São Francisco do Sul.

Aquisição de ações de controladas

Em 18 de outubro de 2019, a Companhia através da sua Controlada Rio Bacacheri adquiriu a integralidade das ações da Vanzin Operações Portuária S.A.

A contraprestação para a aquisição de 1.158.000 ações da Vanzin foi de R\$ 75.000 (valor por ação de R\$ 64,77 com base em múltiplos do EBITDA (*Earnings Before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization*) da Vanzin bem como por sua expectativa de rentabilidade futura, acrescida de valores a pagar decorrentes de parcelas variáveis, calculadas sobre resultados futuros estimados da controlada, totalizando o montante de R\$ 80.769. Deste montante, R\$ 20.000 foram pagos no exercício de 2019 e R\$ 16.072 acrescidos de juros e correções foram pagos em 2020, sendo que o saldo remanescente previamente auferido, considerando reajustes previstos em 31 de dezembro de 2020 é estimado em R\$ 44.697, a ser pago em 3 (três) prestações anuais, com vencimentos entre 2021 e 2023) e está registrado no grupo Outras contas a pagar no Balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2020 e 2019.

	Valor	Indexador de atualização	Ano de vencimento
Parcela variável	16.072	Variação do EBITDA	2020
Parcela variável	16.201	Variação do EBITDA	2021
Parcela fixa	14.265	IGP-M	2022
Parcela fixa	14.231	IGP-M	2023
	80.769		

Abaixo estão apresentados o valor justo, na data de aquisição, dos itens que compõem a contraprestação transferida:

Natureza	Valor justo na data da aquisição
Caixa	20.000
Saldo a liquidar	60.769
	80.769
Total da contraprestação transferida	80.769

Abaixo estão apresentados os ativos adquiridos e os passivos assumidos na data da aquisição. Os referidos ativos e passivos foram obtidos a partir de laudo de *Purchase Price Allocation (PPA)*, emitido por consultor independente.

Natureza	Valor justo na data da aquisição (100%)	Valor justo na data da aquisição (40%)
Caixa e equivalentes de caixa	56.832	22.733
Contas a receber de clientes	9.123	3.649
Estoques	548	219
Impostos a recuperar	2.609	1.044
Impostos diferidos	1.683	673
Outras contas a receber	25.532	10.213
Investimentos	30.577	12.231
Imobilizado	87.374	34.844
Intangível	119.148	37.486
Fornecedores	(12.919)	(5.168)
Empréstimos e financiamentos	(94.895)	(37.958)
Impostos e contribuições a recolher	(3.577)	(1.431)
Obrigações trabalhistas e previdenciárias	(1.505)	(602)
Provisão para contingências	(4.594)	(1.838)
Outras contas a pagar	(81.254)	(32.502)
	134.682	43.593
Total dos ativos identificáveis, líquido	134.682	43.593

O critério utilizado para o estudo de valor econômico-financeiro da Vanzin Operações Portuárias S.A. foi o fluxo de caixa descontado.

Os ativos tangíveis e intangíveis identificados totalizaram R\$ 35.007, conforme demonstrado abaixo:

Natureza	Valor justo na data da aquisição (100%)	Valor justo na data da aquisição (40%)
Ativos tangíveis		
Mais valia sobre ativo imobilizado (i)	9.450	3.675
	<u>9.450</u>	<u>3.675</u>
Ativos intangíveis		
Acordos de não competição (ii)	9.406	3.437
Contratos de arrendamentos - operador portuário (iii)	94.357	27.895
	<u>103.763</u>	<u>31.332</u>
	<u>113.213</u>	<u>35.007</u>

O ágio reconhecido como resultado da aquisição foi determinado conforme demonstrado abaixo:

Natureza	Valor justo na data da aquisição
Contraprestação transferida	80.769
Valor justo dos ativos líquidos identificáveis	<u>(43.593)</u>
Total do ágio (i)	<u>37.176</u>

O Pronunciamento Técnico CPC 36(R3) – Demonstrações Consolidadas estabelece que mudanças na participação societária detida por controladores de controladora na controlada que não resultam na perda de controle da controlada pela controladora constituem transações patrimoniais. Adicionalmente, a Interpretação Técnica ICPC 09(R2) – Demonstrações Contábeis Individuais, Demonstrações Separadas, Demonstrações Consolidadas e Aplicação do Método da Equivalência Patrimonial estabelece que se a controladora adquirir mais ações ou outros instrumentos patrimoniais de entidade que já controla, deve considerar a diferença entre o valor de aquisição e o valor patrimonial contábil adquirido em contrapartida do seu patrimônio líquido (individual e consolidado). Dessa forma, na data da aquisição, a Companhia registrou o montante decorrente do ágio, originado na referida transação, como “ágio em transação de capital”. Conseqüentemente, a alteração de 60% anteriormente detida para os 100% participação resultou na geração de um ágio de R\$ 37.176 o qual foi registrado no patrimônio líquido à rubrica de “Ágio em transação de capital” por representar efeito de alteração de participação em empresa controlada.

3 Base de preparação

Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Diretoria da Companhia em 5 de março de 2021. Após a sua emissão, somente os acionistas têm o poder de alterar as demonstrações financeiras.

Detalhes sobre as políticas contábeis da Companhia e suas controladas estão apresentadas na nota explicativa 8.

As mudanças relacionadas nas principais políticas contábeis estão descritas na Nota explicativa 7.c.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

Informações comparativas - reapresentação

Foram identificados ajustes e reclassificações relativos às demonstrações financeiras de 2019 referentes, substancialmente, à aquisição, pela Companhia, de 100% da Vanzin em outubro de 2019. Antes desta data a Companhia possuía 60% da Vanzin e já detinha o seu controle. Neste mesmo ano de 2019, a equivalência da Vanzin foi reconhecida, na Controladora, na proporção de 100% para o exercício social inteiro. Tendo em vista o disposto no CPC 23 (IAS 8), a administração realizou o ajuste para reconhecer apenas 60% de equivalência da Vanzin na Companhia até outubro de 2019, mantendo os 100% a partir daquela data, conforme aquisição realizada. O ajuste de equivalência patrimonial da Vanzin na Controladora, em 2019, e reclassificações decorrentes desta aquisição, ocorreram no balanço patrimonial da controladora em 31 de dezembro de 2019 (com redução no ativo total de R\$ 942, e no patrimônio líquido de R\$ 942), bem como na demonstração do resultado da Controladora (sem impacto na receita líquida, e com impacto de R\$ 8.370 no lucro líquido e resultado abrangente daquele exercício 2019). Na Controladora houve uma reclassificação (redução) no fluxo de caixa operacional e de investimento em R\$ 5.016 e R\$ 4.324, respectivamente, enquanto o fluxo de caixa de financiamento foi reclassificado (aumentado) em R\$ 9.340 para o exercício findo naquela data. No consolidado houve reclassificações (sem efeito caixa) relacionadas à esta transação na demonstração do fluxo de caixa, resultando em redução de R\$ 66.203 no fluxo de caixa operacional em contra partida ao aumento dos fluxos de caixa de investimento e financiamento em R\$ 60.960 e R\$ 5.243, respectivamente.

Consequentemente, a Companhia está reapresentando as demonstrações financeiras Controladora e Consolidado compreendendo esse exercício de acordo com o previsto no CPC 23 (IAS 8) – Políticas Contábeis, Mudanças nas Estimativas Contábeis e Correção de Erros.

4 Moeda funcional e moeda de apresentação

Estas demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, estão apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia e suas controladas. Todas as informações financeiras foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

5 Uso de estimativas e julgamento

Na preparação das demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Companhia e suas controladas e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais poderão divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

a. Julgamentos

As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- **Nota explicativa 7.c** - prazo do arrendamento: se o Grupo tem razoavelmente certeza de exercer opções de prorrogação.
- **Nota explicativa 14** - no que se refere a consolidação: determinação se a Companhia detém de fato controle sobre uma investida; e sobre a equivalência patrimonial: determinação se a Companhia tem influência significativa sobre uma investida.

b. Incertezas sobre premissas e estimativas

As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas em 31 de dezembro de 2020 que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos no próximo exercício estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- **Nota explicativa 11** - mensuração de perda de crédito esperada para contas a receber e ativos contratuais: principais premissas na determinação da taxa média ponderada de perda;
- **Nota explicativa 13** - reconhecimento de ativos fiscais diferidos: disponibilidade de lucro tributável futuro contra o qual diferenças temporárias dedutíveis e prejuízos fiscais possam ser utilizados;
- **Notas explicativas 15 e 16** - teste de redução ao valor recuperável: principais premissas em relação aos valores recuperáveis, incluindo a recuperabilidade dos bens do ativo imobilizado e intangível;
- **Nota explicativa 21** - reconhecimento e mensuração de provisões e contingências: principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos; e
- **Nota explicativa 26** - mensuração do valor justo e classificação de instrumentos financeiros.

Mensuração do valor justo

Uma série de políticas e divulgações contábeis da Companhia e suas controladas requer a mensuração de valor justo para ativos e passivos financeiros e não financeiros.

A Administração revisa regularmente dados não observáveis significativos e ajustes de avaliação. Se informação de terceiros, tais como cotações de corretoras ou serviços de preços, é utilizada para mensurar valor justo, a Administração analisa as evidências obtidas de terceiros para suportar a conclusão de que tais avaliações atendem os requisitos dos CPC, incluindo o nível na hierarquia do valor justo em que tais avaliações devem ser classificadas.

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia e suas controladas usam dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (*inputs*) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma:

- **Nível 1** - preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos;
- **Nível 2** - *inputs*, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços); e
- **Nível 3** - *inputs*, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis).

A Companhia e suas controladas reconhecem as transferências entre níveis da hierarquia do valor justo no final do período das demonstrações financeiras em que ocorreram as mudanças.

6 Base de mensuração

As demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, foram preparadas com base no custo histórico.

7 Mudanças nas principais políticas contábeis

O Grupo aplicou inicialmente o CPC 06 (R2) a partir de 1º de janeiro de 2019. Uma série de outras novas normas também entraram em vigor a partir de 1º de janeiro de 2019, mas não afetaram materialmente as demonstrações financeiras do Grupo.

O Grupo adotou o CPC 06 (R2) utilizando a abordagem retrospectiva modificada, na qual o efeito cumulativo da aplicação inicial é reconhecido no saldo de abertura dos lucros acumulados em 1º de janeiro de 2019. Os detalhes das mudanças nas políticas contábeis estão divulgados abaixo. Além disso, os requerimentos de divulgação no CPC 06(R2) em geral não foram aplicados a informações comparativas.

Como resultado das análises realizadas, o Grupo reconheceu novos ativos e passivos, substancialmente, provenientes de arrendamentos, até então, operacionais regidos por (i) Contrato de Arrendamento nº 115/2002 com a APPA; (ii) Contrato de Passagem nº 006/2010 ratificado por seus termos aditivos, firmado com a APPA e confirmado pela ANTAQ; (iii) Contrato de Passagem nº 026/2010 ratificado por seus termos aditivos, firmado com APPA e confirmado pela ANTAQ; e (iv) Contratos de Locações de Imóveis de Longo Prazo.

a. Definição de arrendamento

Anteriormente, o Grupo determinava, no início do contrato, se ele era ou continha um arrendamento conforme o ICPC 03 Aspectos Complementares das Operações de Arrendamento Mercantil. O Grupo agora avalia se um contrato é ou contém um arrendamento com base na definição de arrendamento, descrita na nota explicativa 7.c. Na transição para o CPC 06(R2), o Grupo escolheu aplicar o expediente prático com relação à definição de arrendamento, que avalia quais transações são arrendamentos. O Grupo aplicou o CPC 06(R2) apenas a contratos previamente identificados como arrendamentos. Os contratos que não foram identificados como arrendamentos de acordo com o CPC 06(R1) e ICPC 03 não foram reavaliados quanto à existência de um arrendamento de acordo com o CPC 06(R2). Portanto, a definição de um arrendamento conforme o CPC 06(R2) foi aplicada apenas a contratos vigentes em ou após 1º de janeiro 2019.

b. Como arrendatário

Como arrendatário, o Grupo arrenda ativos destinados à sua operação, incluindo imóveis. O Grupo classificava anteriormente os arrendamentos como operacionais ou financeiros, com base

em sua avaliação sobre se o arrendamento transferia significativamente todos os riscos e benefícios inerentes à propriedade do ativo subjacente ao Grupo. De acordo com o CPC 06(R2), o Grupo reconhece ativos de direito de uso e passivos de arrendamento para a maioria desses arrendamentos - ou seja, esses arrendamentos estão no balanço patrimonial.

No início ou na modificação de um contrato que contém um componente de arrendamento, o Grupo aloca a contraprestação no contrato a cada componente de arrendamento com base em seu preço individual.

Arrendamento classificado como arrendamento operacional conforme CPC 06(R1)

Anteriormente, o Grupo classificava os arrendamentos imobiliários como arrendamentos operacionais de acordo com o CPC 06(R1). Na transição, para esses arrendamentos, os passivos de arrendamento foram mensurados pelo valor presente dos pagamentos remanescentes do arrendamento, descontados à taxa de empréstimo incremental do Grupo em 1º de janeiro de 2019. Os ativos de direito de uso são mensurados:

- Pelo seu valor contábil como se o CPC 06(R2) tivesse sido aplicado desde a data de 1º de janeiro de 2019, descontado usando a taxa de empréstimo incremental do Grupo na data da aplicação inicial: o Grupo aplicou essa abordagem ao seu maior arrendamento imobiliário; ou
- Por um valor igual ao passivo de arrendamento, ajustado pelo valor de quaisquer recebimentos de arrendamento antecipados ou acumulados: o Grupo aplicou essa abordagem a todos os outros arrendamentos mercantis.

O Grupo testou seus ativos de direito de uso quanto à perda por redução ao valor recuperável na data de transição e concluiu que não há indicação de que os ativos de direito de uso apresentem problemas de redução ao valor recuperável. O Grupo utilizou vários expedientes práticos ao aplicar o CPC 06(R2) a arrendamentos anteriormente classificados como arrendamentos operacionais de acordo com o CPC 06(R1). Em particular:

- não reconheceu ativos e passivos de direito de uso para arrendamentos cujo prazo de arrendamento se encerra dentro de 12 meses da data da aplicação inicial;
- não reconheceu ativos e passivos de direito de uso para arrendamentos de ativos de baixo valor (por exemplo, equipamentos de informática);
- excluiu os custos diretos iniciais da mensuração do ativo de direito de uso na data da aplicação inicial; e
- utilizou retrospectivamente ao determinar o prazo do arrendamento.

c. Impacto nas demonstrações financeiras

Na transição para o CPC 06(R2), o Grupo reconheceu ativos e passivos cujo impacto na transição e movimentações ao longo do exercício estão resumidos abaixo:

	Movimentação em 2019				Saldo em 31/12/2019
	Saldo em 01/01/2019	Amortizações	Juros	Transferências	
Controladora					
Ativo – Direito de uso – Arrendamento	89.112	(9.340)	-	-	79.772
Passivo circulante – Arrendamento mercantil	(9.340)	9.340	(3.601)	(9.340)	(12.941)
Passivo não circulante – Arrendamento mercantil	(79.772)	-	-	9.340	(70.432)

	Movimentação em 2019				Saldo em 31/12/2019
	Saldo em 01/01/2019	Amortizações	Juros	Transferências	
Consolidado					
Ativo – Direito de uso – Arrendamento	100.720	(10.371)	-	-	90.349
Passivo circulante – Arrendamento mercantil	(10.371)	10.371	(4.080)	(10.371)	(14.451)
Passivo não circulante – Arrendamento mercantil	(90.349)	-	-	10.371	(79.978)

	Movimentação em 2020					Saldo em 31/12/2020
	Saldo em 31/12/2019	Amortizações	Atualizações	Juros Contábeis	Transferências	
Controladora						
Ativo - Direito de uso - Arrendamento	(79.772)	10.501	(10.166)	-	-	(79.437)
Passivo circulante – Arrendamento mercantil	12.941	(10.501)	1.161	3.522	10.501	17.624
Passivo não circulante – Arrendamento mercantil	70.432	-	9.005	-	(10.501)	68.936

	Movimentação em 2020					Saldo em 31/12/2020
	Saldo em 31/12/2019	Amortizações	Atualizações	Juros Contábeis	Transferências	
Consolidado						
Ativo - Direito de uso - Arrendamento	(90.349)	11.746	(12.348)	-	-	(90.951)
Passivo circulante – Arrendamento mercantil	14.451	(11.746)	1.374	3.980	11.746	19.805
Passivo não circulante – Arrendamento mercantil	79.978	-	10.974	-	(11.746)	79.206

8 Principais políticas contábeis

A Companhia e suas controladas aplicaram as políticas contábeis descritas abaixo de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, exceto conforme descrito na nota explicativa 7.

a. Base de consolidação

(i) Combinações de negócios

Combinações de negócio são registradas utilizando o método de aquisição quando o controle é transferido para o Grupo. A contraprestação transferida é geralmente mensurada ao valor justo, assim como os ativos líquidos identificáveis adquiridos. Qualquer ágio que surja na transação é testado anualmente para avaliação de perda por redução ao valor recuperável. Ganhos em uma compra vantajosa são reconhecidos imediatamente no resultado. Os custos da transação são registrados no resultado conforme incorridos, exceto os custos relacionados à emissão de instrumentos de dívida ou patrimônio.

A contraprestação transferida não inclui montantes referentes ao pagamento de relações pré-existentes. Esses montantes são geralmente reconhecidos no resultado do exercício.

Qualquer contraprestação contingente a pagar é mensurada pelo seu valor justo na data de aquisição. Se a contraprestação contingente é classificada como instrumento patrimonial, então

ela não é remensurada e a liquidação é registrada dentro do patrimônio líquido. As demais contraprestações contingentes são remensuradas ao valor justo em cada data de relatório e as alterações subsequentes ao valor justo são registradas no resultado do exercício.

(ii) Controladas

O Grupo controla uma entidade quando está exposta a, ou tem direito sobre, os retornos variáveis advindos de seu envolvimento com a entidade e tem a habilidade de afetar esses retornos exercendo seu poder sobre a entidade. As demonstrações financeiras de controladas são incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas a partir da data em que o Grupo obtiver o controle até a data em que o controle deixa de existir.

Nas demonstrações financeiras individuais da controladora, as informações financeiras de controladas são reconhecidas por meio do método de equivalência patrimonial.

As demonstrações financeiras referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 incluem as demonstrações financeiras da Companhia e das empresas a seguir relacionadas:

Empresas	Controle	2020	2019
Rio Bacacheri Participações S.A.	Direto	100,00%	100,00%
Rocha Granéis Sólidos de Exportação S.A.	Direto	100,00%	100,00%
Vanzin Operações Portuárias S.A.	Direto	100,00%	100,00%
Porto Seco Rocha Terminais de Cargas Ltda.	Direto	99,99%	99,99%

(iii) Participação de acionistas não-controladores

O Grupo elegeu mensurar qualquer participação de não-controladores inicialmente, na adquirida, pela participação proporcional nos ativos líquidos identificáveis na data de aquisição.

Mudanças na participação do Grupo em uma subsidiária que não resultem em perda de controle são contabilizadas como transações de patrimônio líquido.

(iv) Perda de controle

Quando a Companhia perde o controle sobre uma controlada, o Grupo desreconhece os ativos e passivos e qualquer participação de não-controladores e outros componentes registrados no patrimônio líquido referentes a essa controlada. Qualquer ganho ou perda originado pela perda de controle é reconhecido no resultado. Se o Grupo retém qualquer participação na antiga controlada, essa participação é mensurada pelo seu valor justo na data em que há a perda de controle.

(v) Investimentos em entidades contabilizadas pelo método da equivalência patrimonial

Os investimentos do Grupo em entidades contabilizadas pelo método da equivalência patrimonial compreendem suas participações em coligadas e empreendimentos controlados em conjunto (*joint ventures*).

As coligadas são aquelas entidades nas quais o Grupo, direta ou indiretamente, tenha influência significativa, mas não controle ou controle conjunto, sobre as políticas financeiras e operacionais. Para ser classificada como uma entidade controlada em conjunto, deve existir um acordo contratual que permite o Grupo controle compartilhado da entidade e dá ao Grupo direito aos ativos líquidos da entidade controlada em conjunto, e não direito aos seus ativos e passivos específicos.

Tais investimentos são reconhecidos inicialmente pelo custo, o qual inclui os gastos com a transação. Após o reconhecimento inicial, as demonstrações financeiras incluem a participação do Grupo no lucro ou prejuízo líquido do exercício e outros resultados abrangentes da investida até a data em que a influência significativa ou controle conjunto deixa de existir. Nas demonstrações financeiras individuais da controladora, investimentos em controladas também são contabilizados com o uso desse método.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2020 e 2019 o Grupo possui as seguintes entidades coligadas e empreendimentos controlados em conjunto (*joint ventures*):

Empresas	Tipo	2020	2019
Cattalini Terminais Marítimos S.A.	Empreendimento direto controlado em conjunto	50,00%	50,00%
TLP-Terminais Líquidos de Paranaguá Ltda.	Empreendimento direto controlado em conjunto	50,00%	50,00%
Companhia Operadora Portuária do Itaqui-COPI	Empreendimento direto controlado em conjunto	50,00%	50,00%
Companhia Operadora Portuária de Itaqui-COPISI	Empreendimento direto controlado em conjunto	50,00%	50,00%
Fullport8 Operação Portuária e Armazenagem Ltda.	Empreendimento direto controlado em conjunto	28,33%	28,33%
Melport Terminais Marítimos Ltda.	Empreendimento indireto controlado em conjunto	50,00%	50,00%
Sul Trading Ltda.	Empreendimento indireto controlado em conjunto	0,50%	0,50%
CPL-Central Paranaense de Logística S.A.	Coligada indireta	12,50%	12,50%

(vi) *Transações eliminadas na consolidação*

Saldos e transações intra-grupo, e quaisquer receitas ou despesas não realizadas derivadas de transações intra-grupo, são eliminados. Ganhos não realizados oriundos de transações com investidas registradas por equivalência patrimonial são eliminados contra o investimento na proporção da participação do Grupo na investida. Perdas não realizadas são eliminadas da mesma maneira de que os ganhos não realizados, mas somente na extensão em que não haja evidência de perda por redução ao valor recuperável.

b. *Transações em moeda estrangeira*

Transações em moeda estrangeira são convertidas para as respectivas moedas funcionais das entidades do Grupo pelas taxas de câmbio nas datas das transações.

Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras na data do balanço são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio naquela data. Ativos e passivos não monetários que são mensurados pelo valor justo em moeda estrangeira são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio na data em que o valor justo foi determinado. Itens não monetários que são mensurados com base no custo histórico em moeda estrangeira são convertidos pela taxa de câmbio na data da transação. As diferenças de moedas estrangeiras resultantes da conversão são geralmente reconhecidas no resultado.

c. *Receita de prestação de serviços*

A Companhia, suas Controladas e investidas atuam na prestação de serviços de operações portuárias e armazenagem, em armazéns gerais e recintos alfandegados, no acondicionamento de produtos, despacho aduaneiro, unitização e desunitização de cargas, envase, estufagem e desestufagem de contêineres, operações em recintos alfandegados, transporte, recepção, armazenagem e expedição de (a) granéis sólidos de importação (fertilizantes, cereais e outros) e de exportação (soja e milho), (b) granéis líquidos (derivados, metanol e outros), (c) carga geral, celulose e produtos siderúrgicos, (d) cargas de projeto, locação de bens móveis, de máquinas e equipamentos, e (e) outras cargas na logística portuária.

A receita dos serviços prestados é reconhecida no resultado em virtude do respectivo estágio da prestação e está relacionada, principalmente, as operações portuárias (operações no cais), armazenagem e operações logísticas. A receita dos serviços também poderá ser mensurada pelo montante recebido ou a receber pelos serviços prestados no curso normal dos negócios, líquidos de eventuais descontos comerciais e dos impostos sobre a venda.

Operações Portuárias: as operações portuárias (operações no cais) referem-se basicamente aos serviços de embarque e desembarque de cargas à granel dos navios, e aos serviços de movimentação das cargas a granel e/ou ainda cargas soltas (projetos) nos portos, e são reconhecidas ao longo do tempo no resultado, conforme evolução da realização das operações portuárias.

Armazenagem: refere-se à prestação de serviços de armazenagem de produtos nos armazéns e/ou tanques próprios e/ou arrendados do Grupo. A receita de armazenagem poderá ser reconhecida no resultado no momento da entrada das cargas e/ou na retirada das mesmas dos armazéns.

Operações Logísticas: as operações logísticas são referentes principalmente, ao desembaraço aduaneiro, transporte, serviços complementares (pacote de serviços), e à armazenagem de carga geral, containerizada e/ou ainda operações com produtos siderúrgicos na modalidade break bulk e celulose. As receitas com operações logísticas são reconhecidas no resultado de acordo com a conclusão dos serviços contratados, ou ainda, de acordo com as propostas comerciais.

Quando os serviços incluídos num mesmo acordo são prestados em períodos diferentes, a receita é reconhecida com base nos valores relativos à cada serviço contratado.

d. Benefícios de curto prazo a empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são reconhecidas como despesas de pessoal conforme o serviço correspondente seja prestado. O passivo é reconhecido pelo montante do pagamento esperado caso a Companhia e suas controladas tenham uma obrigação presente legal ou construtiva de pagar esse montante em função de serviço passado prestado pelo empregado e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável. A Companhia e suas controladas não fornecem benefícios de longo prazo a seus empregados.

e. Receitas financeiras e despesas financeiras

As receitas e despesas financeiras da Companhia e suas controladas compreendem, principalmente:

- Rendimentos com aplicações financeiras;
- Despesa de juros; e
- Ganhos/perdas líquidos de variação cambial sobre ativos e passivos financeiros.

A receita e a despesa de juros são reconhecidas no resultado pelo método de juros efetivos. A receita de dividendos é reconhecida no resultado na data em que o direito da Companhia de receber o pagamento é estabelecido. A Companhia classifica juros recebidos e dividendos e juros sobre capital próprio recebidos como fluxos de caixa das atividades de investimento.

A “taxa de juros efetiva” é a taxa que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos em

caixa futuros estimados ao longo da vida esperada do instrumento financeiro ao:

- valor contábil bruto do ativo financeiro; ou
- ao custo amortizado do passivo financeiro.

No cálculo da receita ou da despesa de juros, a taxa de juros efetiva incide sobre o valor contábil bruto do ativo (quando o ativo não estiver com problemas de recuperação) ou ao custo amortizado do passivo. No entanto, a receita de juros é calculada por meio da aplicação da taxa de juros efetiva ao custo amortizado do ativo financeiro que apresenta problemas de recuperação depois do reconhecimento inicial. Caso o ativo não esteja mais com problemas de recuperação, o cálculo da receita de juros volta a ser feito com base no valor bruto.

f. Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro do exercício.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda e contribuição social correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios ou a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

(i) Despesas de imposto de renda e contribuição social corrente

A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos ou recebidos que reflete as incertezas relacionadas a sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço.

Os ativos e passivos fiscais correntes são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

(ii) Despesas de imposto de renda e contribuição social diferido

Ativos e passivos fiscais diferidos são reconhecidos com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de demonstrações financeiras e os usados para fins de tributação. As mudanças dos ativos e passivos fiscais diferidos no exercício são reconhecidas como despesa de imposto de renda e contribuição social diferida. O imposto diferido não é reconhecido para:

- Diferenças temporárias sobre o reconhecimento inicial de ativos e passivos em uma transação que não seja uma combinação de negócios e que não afete nem o lucro ou prejuízo tributável nem o resultado contábil;
- Diferenças temporárias relacionadas a investimentos em controladas, coligadas e empreendimentos sob controle conjunto, na extensão que a Companhia e suas controladas sejam

capazes de controlar o momento da reversão da diferença temporária e seja provável que a diferença temporária não será revertida em futuro previsível; e

- Diferenças temporárias tributáveis decorrentes do reconhecimento inicial de ágio.

Um ativo fiscal diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados, na extensão em que seja provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis, contra os quais serão utilizados. Os lucros tributáveis futuros são determinados com base na reversão de diferenças temporárias tributáveis relevantes. Se o montante das diferenças temporárias tributáveis for insuficiente para reconhecer integralmente um ativo fiscal diferido, serão considerados os lucros tributáveis futuros, ajustados para as reversões das diferenças temporárias existentes, com base nos planos de negócios da controladora e de suas subsidiárias individualmente.

Ativos fiscais diferidos são revisados a cada data de balanço e são reduzidos na extensão em que sua realização não seja mais provável.

Ativos e passivos fiscais diferidos são mensurados com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas alíquotas que foram decretadas até a data do balanço.

A mensuração dos ativos e passivos fiscais diferidos reflete as consequências tributárias decorrentes da maneira sob a qual a Companhia e suas controladas esperam recuperar ou liquidar seus ativos e passivos.

Ativos e passivos fiscais diferidos são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

g. Caixa e equivalentes a caixa

Incluem os saldos em caixa e contas-correntes (depósitos bancários à vista) e aplicações financeiras em instituições financeiras, considerados de liquidez imediata. As aplicações financeiras estão atualizadas pelos rendimentos auferidos até a data da demonstração financeira.

h. Contas a receber de clientes e provisão para perdas esperadas

As contas a receber de clientes são registradas pelo valor faturado, ajustado ao valor presente, quando aplicável, incluindo os respectivos impostos diretos de responsabilidade tributária da Companhia e suas controladas.

A provisão para perdas esperadas foi constituída em montante considerado suficiente pela Administração para fazer face às eventuais perdas na realização dos créditos. Os critérios e as premissas utilizados pela Administração, bem como a movimentação da provisão, estão descritos na nota explicativa nº 11 - Contas a receber de clientes.

i. Imobilizado

(i) Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, que inclui os custos de empréstimos capitalizados, deduzido de depreciação acumulada e quaisquer perdas acumuladas de redução ao valor recuperável (*impairment*), quando aplicável.

Quando partes significativas de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens separados (componentes principais) de imobilizado.

Quaisquer ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são reconhecidos no resultado.

(ii) Custos subsequentes

Custos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com os gastos serão auferidos pela Companhia e suas controladas.

(iii) Depreciação

A depreciação é calculada para amortizar o custo de itens do ativo imobilizado, líquido de seus valores residuais estimados, utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens. A depreciação é reconhecida no resultado. Ativos arrendados são depreciados pelo menor período entre a vida útil estimada do bem e o prazo do contrato, a não ser que seja razoavelmente certo que a Companhia e suas controladas obterão a propriedade do bem ao final do prazo de arrendamento. Terrenos não são depreciados.

As vidas úteis estimadas do ativo imobilizado são as seguintes:

Edificações e benfeitorias	20anos
Equipamentos e guindastes	5 - 15 anos
Outros ativos	10 anos (média)

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada data de balanço e ajustados caso seja apropriado.

j. Ativos intangíveis e ágio

(i) Reconhecimento e mensuração

Ágio

O ágio é mensurado pelo custo, deduzido das perdas acumuladas por redução ao valor recuperável, quando aplicável.

O reconhecimento do ágio nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia foi efetuada em consonância com os dispostos nas normas (i) CPC 15 (R1) – Combinação de Negócios; (ii) CPC 36 (R3) – Demonstrações Consolidadas; e (iii) ICPC 09 - Demonstrações Contábeis Individuais, Demonstrações Separadas, Demonstrações Consolidadas e Aplicação do Método da Equivalência Patrimonial.

Softwares e demais intangíveis

Possuem vidas úteis finitas e são mensurados pelo custo de aquisição, deduzido da amortização acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável, quando aplicável.

(ii) Gastos subsequentes

Os gastos subsequentes são capitalizados somente quando eles aumentam os benefícios econômicos futuros incorporados no ativo específico aos quais se relacionam.

(iii) Amortização

Os *softwares* e demais intangíveis são amortizados utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens, líquido de seus valores residuais estimados. A amortização é geralmente reconhecida no resultado. O ágio não é amortizado.

As vidas úteis estimadas dos intangíveis são as seguintes:

<i>Softwares</i>	5 anos
Acordos de não competição	5 anos
Contratos de arrendamento	10 a 23 anos
Outros intangíveis	14 anos

Os métodos de amortização, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada data de balanço e ajustados caso seja apropriado.

k. Instrumentos financeiros

(i) Reconhecimento e mensuração inicial

O contas a receber de clientes e os títulos de dívida emitidos são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia e suas controladas se tornar parte das disposições contratuais do instrumento.

Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescido, para um item não mensurado ao VJR (valor justo por meio do resultado), os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação.

Classificação e mensuração subsequente

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado; ao VJORA (valor justo por meio de outros resultados abrangentes) - instrumento de dívida; ao VJORA - instrumento patrimonial; ou ao VJR (valor justo por meio do resultado). Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia e suas controladas mudem o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e
- Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Um instrumento de dívida é mensurado ao VJORA se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e
- Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

No reconhecimento inicial de um investimento em um instrumento patrimonial que não seja mantido para negociação, a Companhia e suas controladas podem optar irrevogavelmente por apresentar alterações subsequentes no valor justo do investimento em ORA (outros resultados abrangentes). Essa escolha é feita investimento por investimento.

Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJORA, conforme descrito acima, são classificados como ao VJR. Isso inclui todos os ativos financeiros derivativos. No reconhecimento inicial, a Companhia e suas controladas podem designar de forma irrevogável um ativo financeiro que de outra forma atenda aos requisitos para ser mensurado ao custo amortizado ou ao VJORA como ao VJR se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria.

Ativos financeiros - avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros

Para fins dessa avaliação, o “principal” é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os “juros” são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período de tempo e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro.

A Companhia e suas controladas consideram os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição. Ao fazer essa avaliação, a Companhia e suas controladas consideram:

- Eventos contingentes que modifiquem o valor ou o a época dos fluxos de caixa;
- Termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis;
- O pré-pagamento e a prorrogação do prazo; e
- Os termos que limitam o acesso da Companhia e suas controladas a fluxos de caixa de ativos específicos (por exemplo, baseados na performance de um ativo).

O pagamento antecipado é consistente com o critério de pagamentos do principal e juros caso o valor do pré-pagamento represente, em sua maior parte, valores não pagos do principal e de juros sobre o valor do principal pendente - o que pode incluir uma compensação adicional razoável pela rescisão antecipada do contrato. Além disso, com relação a um ativo financeiro adquirido por um valor menor ou maior do que o valor nominal do contrato, a permissão ou a exigência de pré-pagamento por um valor que represente o valor nominal do contrato mais os juros contratuais (que também pode incluir compensação adicional razoável pela rescisão

antecipada do contrato) acumulados (mas não pagos) são tratadas como consistentes com esse critério se o valor justo do pré-pagamento for insignificante no reconhecimento inicial.

Ativos financeiros - Mensuração subsequente e ganhos e perdas

Ativos financeiros a VJR Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.

Ativos financeiros a custo amortizado Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por impairment. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o impairment são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.

Ativos financeiros

A Companhia e suas controladas classificaram os ativos financeiros na categoria de “Custo amortizado”, os quais são mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos e na categoria de “Valor justo por meio do resultado”

Passivos financeiros - classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas

Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado utilizando-se o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado.

(ii) Desreconhecimento

Ativos financeiros

A Companhia e suas controladas desreconhecem um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia e suas controladas transferem os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Companhia e suas controladas nem transferem nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.

Se a Companhia e suas controladas realizarem transações em que transferem ativos reconhecidos no balanço patrimonial, mas mantém todos ou substancialmente todos os riscos e benefícios dos ativos transferidos. Nesses casos, os ativos financeiros não são desreconhecidos.

Passivos financeiros

A Companhia e suas controladas desreconhecem um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. A Companhia e suas controladas também desreconhecem um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo.

No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

(iii) *Compensação*

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia e suas controladas tenham atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

(iv) *Instrumentos financeiros derivativos*

A Companhia e suas controladas não celebraram contratos com instrumentos financeiros derivativos em nenhum dos exercícios apresentados.

l. *Capital social*

Ações ordinárias

Custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações e opções de ações são reconhecidos como redutores do patrimônio líquido. Efeitos de impostos relacionados aos custos dessas transações estão contabilizadas conforme o CPC 32.

m. *Redução ao valor recuperável (Impairment)*

(i) *Ativos financeiros não-derivativos*

Instrumentos financeiros e ativos contratuais

A Companhia e suas controladas reconhecem provisões para perdas esperadas de crédito sobre:

- Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado; e
- Ativos de contrato.

A Companhia e suas controladas mensuram a provisão para perda em um montante igual à perda de crédito esperada para a vida inteira, exceto para os itens descritos abaixo, que são mensurados como perda de crédito esperada para 12 meses:

- Títulos de dívida com baixo risco de crédito na data do balanço; e
- Outros títulos de dívida e saldos bancários para os quais o risco de crédito (ou seja, o risco de inadimplência ao longo da vida esperada do instrumento financeiro) não tenha aumentado significativamente desde o reconhecimento inicial.

As provisões para perdas com contas a receber de clientes e ativos de contrato são mensuradas a um valor igual à perda de crédito esperada para a vida inteira do instrumento.

Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, a Companhia e suas controladas consideram informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica da Companhia e suas controladas, na avaliação de crédito e considerando informações prospectivas (*forward-looking*).

A Companhia e suas controladas presumem que o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente se este estiver com mais de 180 dias de atraso e sem garantias que possam ser utilizadas para a sua realização.

A Companhia e suas controladas consideram um ativo financeiro como inadimplente quando:

- É pouco provável que o devedor pague integralmente suas obrigações de crédito à Companhia e suas controladas, sem recorrer a ações como a realização da garantia (se houver alguma); ou
- O ativo financeiro estiver vencido há mais de 180 dias.

A Companhia e suas controladas consideram que um título de dívida tem um risco de crédito baixo quando a sua classificação de risco de crédito é equivalente à definição globalmente aceita de “grau de investimento”.

- As perdas de crédito esperadas para a vida inteira são as perdas esperadas com crédito que resultam de todos os possíveis eventos de inadimplemento ao longo da vida esperada do instrumento financeiro.
- As perdas de crédito esperadas para 12 meses são perdas de crédito que resultam de possíveis eventos de inadimplência dentro de 12 meses após a data do balanço (ou em um período mais curto, caso a vida esperada do instrumento seja menor do que 12 meses).

O período máximo considerado na estimativa de perda de crédito esperada é o período contratual máximo durante o qual a Companhia e suas controladas estão expostas ao risco de crédito.

Mensuração das perdas de crédito esperadas

As perdas de crédito esperadas são estimativas ponderadas pela probabilidade de perdas de crédito. As perdas de crédito são mensuradas a valor presente com base em todas as insuficiências de caixa (ou seja, a diferença entre os fluxos de caixa devidos à Companhia e suas controladas de acordo com o contrato e os fluxos de caixa que a Companhia e suas controladas esperam receber).

As perdas de crédito esperadas são descontadas pela taxa de juros efetiva do ativo financeiro.

Ativos financeiros com problemas de recuperação

Em cada data de balanço, a Companhia e suas controladas avaliam se os ativos financeiros contabilizados pelo custo amortizado e os títulos de dívida mensurados ao VJORA estão com problemas de recuperação. Um ativo financeiro possui “problemas de recuperação” quando ocorrem um ou mais eventos com impacto prejudicial nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro.

Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram problemas de recuperação inclui os seguintes dados observáveis:

- quebra de cláusulas contratuais, tais como inadimplência ou atraso de mais de 180 dias;
- reestruturação de um valor devido a Companhia e suas controladas em condições que não seriam aceitas em condições normais;

- a probabilidade que o devedor entrará em falência ou passará por outro tipo de reorganização financeira; ou
- o desaparecimento de mercado ativo para o título por causa de dificuldades financeiras.

Apresentação da provisão para perdas de crédito esperadas no balanço patrimonial

A provisão para perdas para ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado é deduzida do valor contábil bruto dos ativos.

Baixa

O valor contábil bruto de um ativo financeiro é baixado quando a Companhia e suas controladas não tem expectativa razoável de recuperar o ativo financeiro em sua totalidade ou em parte. Com relação a clientes individuais ou corporativos, a Companhia e suas controladas fazem uma avaliação individual sobre a época e o valor da baixa com base na existência ou não de expectativa razoável de recuperação. A Companhia e suas controladas não esperam nenhuma recuperação significativa do valor baixado. No entanto, os ativos financeiros baixados podem ainda estar sujeitos à execução de crédito para o cumprimento dos procedimentos da Companhia e suas controladas para a recuperação dos valores devidos.

(ii) Ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia e suas controladas, que não os ativos fiscais diferidos, são revistos a cada data de balanço para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é estimado. No caso do ágio, o valor recuperável é testado anualmente.

Para testes de redução ao valor recuperável, os ativos são agrupados em Unidades Geradoras de Caixa (UGC), ou seja, no menor grupo possível de ativos que gera entradas de caixa pelo seu uso contínuo, entradas essas que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos ou UGCs. O ágio de combinações de negócios é alocado às UGCs ou grupos de UGCs que se espera que irão se beneficiar das sinergias da combinação.

O valor recuperável de um ativo ou UGC é o maior entre o seu valor em uso e o seu valor justo menos custos para vender. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados a valor presente usando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo ou da UGC.

Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou UGC exceder o seu valor recuperável.

Perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas no resultado. Perdas reconhecidas referentes às UGCs são inicialmente alocadas para redução de qualquer ágio alocado a esta UGC (ou grupo de UGCs), e então para redução do valor contábil dos outros ativos da UGC (ou grupo de UGCs) de forma pro rata.

Uma perda por redução ao valor recuperável relacionada ao ágio não é revertida. Quanto aos demais ativos, as perdas por redução ao valor recuperável são revertidas somente na extensão em que o novo valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

n. Provisões

Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se a Companhia e suas controladas têm uma obrigação legal ou construtiva presente que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. Se o efeito temporal do montante for significativo, as provisões são apuradas através do desconto dos fluxos de caixa futuros esperados a uma taxa antes de impostos que reflete as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo. Os efeitos do desreconhecimento do desconto pela passagem do tempo são reconhecidos no resultado como despesa financeira.

o. Arrendamentos

No início de um contrato, o Grupo avalia se um contrato é ou contém um arrendamento. Um contrato é, ou contém um arrendamento, se o contrato transferir o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período de tempo em troca de contraprestação. Para avaliar se um contrato transfere o direito de controlar o uso de um ativo identificado, o Grupo utiliza a definição de arrendamento no CPC 06 (R2).

No início ou na modificação de um contrato que contém um componente de arrendamento, o Grupo aloca a contraprestação no contrato a cada componente de arrendamento com base em seus preços individuais. No entanto, para os arrendamentos de propriedades, o Grupo optou por não separar os componentes que não sejam de arrendamento e contabilizam os componentes de arrendamento e não arrendamento como um único componente.

O Grupo reconhece um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento na data de início do arrendamento. O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente ao custo, que compreende o valor da mensuração inicial do passivo de arrendamento, ajustado para quaisquer pagamentos de arrendamento efetuados até a data de início, mais quaisquer custos diretos iniciais incorridos pelo arrendatário e uma estimativa dos custos a serem incorridos pelo arrendatário na desmontagem e remoção do ativo subjacente, restaurando o local em que está localizado ou restaurando o ativo subjacente à condição requerida pelos termos e condições do arrendamento, menos quaisquer incentivos de arrendamentos recebidos.

O ativo de direito de uso é subsequentemente depreciado pelo método linear desde a data de início até o final do prazo do arrendamento, a menos que o arrendamento transfira a propriedade do ativo subjacente ao arrendatário ao fim do prazo do arrendamento, ou se o custo do ativo de direito de uso refletir que o arrendatário exercerá a opção de compra. Nesse caso, o ativo de direito de uso será depreciado durante a vida útil do ativo subjacente, que é determinada na mesma base que a do ativo imobilizado. Além disso, o ativo de direito de uso é periodicamente reduzido por perdas por redução ao valor recuperável, se houver, e ajustado para determinadas remensurações do passivo de arrendamento.

O passivo de arrendamento é mensurado inicialmente ao valor presente dos pagamentos do arrendamento que não são efetuados na data de início, descontados pela taxa de juros implícita no arrendamento ou, se essa taxa não puder ser determinada imediatamente, pela taxa de empréstimo incremental do Grupo. Geralmente, o Grupo usa sua taxa incremental sobre empréstimo como taxa de desconto.

O Grupo determina sua taxa incremental sobre empréstimos obtendo taxas de juros de várias fontes externas de financiamento e fazendo alguns ajustes para refletir os termos do contrato e o tipo do ativo arrendado.

Os pagamentos de arrendamento incluídos na mensuração do passivo de arrendamento compreendem o seguinte:

- pagamentos fixos, incluindo pagamentos fixos na essência;
- pagamentos variáveis de arrendamento que dependem de índice ou taxa, inicialmente mensurados utilizando o índice ou taxa na data de início;
- valores que se espera que sejam pagos pelo arrendatário, de acordo com as garantias de valor residual; e
- o preço de exercício da opção de compra se o arrendatário estiver razoavelmente certo de exercer essa opção, e pagamentos de multas por rescisão do arrendamento, se o prazo do arrendamento refletir o arrendatário exercendo a opção de rescindir o arrendamento

O passivo de arrendamento é mensurado pelo custo amortizado, utilizando o método dos juros efetivos. É remensurado quando há uma alteração nos pagamentos futuros de arrendamento resultante de alteração em índice ou taxa, se houver alteração nos valores que se espera que sejam pagos de acordo com a garantia de valor residual, se o Grupo alterar sua avaliação se exercerá uma opção de compra, extensão ou rescisão ou se há um pagamento de arrendamento revisado fixo em essência.

Quando o passivo de arrendamento é remensurado dessa maneira, é efetuado um ajuste correspondente ao valor contábil do ativo de direito de uso ou é registrado no resultado se o valor contábil do ativo de direito de uso tiver sido reduzido a zero.

Arrendamentos de ativos de baixo valor

O Grupo optou por não reconhecer ativos de direito de uso e passivos de arrendamento para arrendamentos de ativos de baixo valor e arrendamentos de curto prazo, incluindo equipamentos de informática. O Grupo reconhece os pagamentos de arrendamento associados a esses arrendamentos como uma despesa de forma linear pelo prazo do arrendamento.

p. Mensuração do valor justo

Valor justo é o preço que seria recebido na venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação ordenada entre participantes do mercado na data de mensuração, no mercado principal ou, na sua ausência, no mercado mais vantajoso ao qual a Companhia e suas controladas tem acesso nessa data. O valor justo de um passivo reflete o seu risco de descumprimento (*non-performance*). O risco de descumprimento inclui, entre outros, o próprio risco de crédito da Companhia e suas controladas.

Uma série de políticas contábeis e divulgações da Companhia e suas controladas requer a mensuração de valores justos, tanto para ativos e passivos financeiros como não financeiros (veja nota explicativa 5).

Quando disponível, a Companhia e suas controladas mensuram o valor justo de um instrumento utilizando o preço cotado num mercado ativo para esse instrumento. Um mercado é considerado

como “ativo” se as transações para o ativo ou passivo ocorrem com frequência e volume suficientes para fornecer informações de precificação de forma contínua.

Se não houver um preço cotado em um mercado ativo, a Companhia e suas controladas utilizam técnicas de avaliação que maximizam o uso de dados observáveis relevantes e minimizam o uso de dados não observáveis. A técnica de avaliação escolhida incorpora todos os fatores que os participantes do mercado levariam em conta na precificação de uma transação.

Se um ativo ou um passivo mensurado ao valor justo tiver um preço de compra e um preço de venda, a Companhia e suas controladas mensuram ativos com base em preços de compra e passivos com base em preços de venda.

A melhor evidência do valor justo de um instrumento financeiro no reconhecimento inicial é normalmente o preço da transação - ou seja, o valor justo da contrapartida dada ou recebida. Se a Companhia e suas controladas determinarem que o valor justo no reconhecimento inicial difere do preço da transação e o valor justo não é evidenciado nem por um preço cotado num mercado ativo para um ativo ou passivo idêntico nem baseado numa técnica de avaliação para a qual quaisquer dados não observáveis são julgados como insignificantes em relação à mensuração, então o instrumento financeiro é mensurado inicialmente pelo valor justo ajustado para diferir a diferença entre o valor justo no reconhecimento inicial e o preço da transação. Posteriormente, essa diferença é reconhecida no resultado numa base adequada ao longo da vida do instrumento, ou até o momento em que a avaliação é totalmente suportada por dados de mercado observáveis ou a transação é encerrada, o que ocorrer primeiro.

q. Ajuste a valor presente de ativos e passivos

Os ativos e passivos monetários de longo prazo e os de curto prazo, quando o efeito é considerado relevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto, são ajustados pelo seu valor presente. O ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos. Dessa forma, os juros embutidos nas receitas, despesas e custos associados a esses ativos e passivos são descontados com o intuito de reconhecê-los em conformidade com o regime de competência de exercícios.

r. Classificação circulante e não circulante

Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos 12 meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes. Ativos e passivos fiscais diferidos são classificados no ativo e passivo não circulante.

s. Demonstrações dos fluxos de caixa

A Companhia optou por classificar os juros pagos como fluxo de caixa operacional, dividendos pagos como fluxo de financiamento e os dividendos e juros sobre o capital próprio recebidos como fluxo de caixa de investimento, opção essa prevista nos termos do pronunciamento técnico CPC 03 - R2 (IAS 7) - Demonstração dos Fluxos de Caixa.

t. Informações por segmento

Um segmento operacional é um componente da Companhia e de suas controladas que desenvolvem atividades de negócio das quais podem obter receitas e incorrer em despesas, incluindo receitas e despesas relacionadas com transações com outros componentes. Todos os

resultados operacionais dos segmentos operacionais são revisados frequentemente junto com os seus gerentes e com report à Diretoria Estatutária; da mesma forma, são apresentados nas reuniões do Conselho de Administração, para decisões sobre os recursos a serem alocados ao segmento e para avaliação de seu desempenho, para o qual informações financeiras individualizadas estão disponíveis.

Os resultados de segmentos incluem itens diretamente atribuíveis ao segmento, bem como aqueles que podem ser alocados em bases razoáveis. Os itens não alocados compreendem, principalmente, ativos institucionais (primariamente a sede da Companhia) e ativos e passivos de imposto de renda e contribuição social.

u. Dividendos a pagar

É assegurado aos acionistas, por meio do estatuto social da Companhia, dividendo mínimo de 25% do lucro líquido de cada exercício ajustado conforme a Lei das Sociedades por Ações.

A Companhia reconhece um passivo para pagamento de dividendos quando esta distribuição torna-se uma obrigação presente na data do balanço, referindo-se à parcela de dividendo mínimo obrigatório não antecipado e/ou dividendos complementares, cuja aprovação para distribuição tenha sido devidamente realizada até a data base das demonstrações financeiras.

9 Novas normas e interpretações ainda não efetivadas

Uma série de novas normas serão efetivadas para os exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2021. A Companhia e suas controladas não adotaram essas normas na preparação destas demonstrações financeiras.

As seguintes normas alteradas e interpretações não deverão ter um impacto significativo nas demonstrações financeiras consolidadas da Companhia e de suas controladas:

- Contratos Onerosos – custos para cumprir um contrato (alterações ao CPC 25/IAS 37);
- Reforma da taxa de juros de referência - Fase 2 (alterações ao CPC48/IFRS 9, CPC 38/IAS 39, CPC 40/IFRS 7, CPC 11/IFRS 4 e CPC 06/IFRS 16);
- Concessões de aluguel relacionadas à COVID-19 (alteração ao CPC 06/IFRS 16);
- Imobilizado: Receitas antes do uso pretendido (alterações ao CPC 27/IAS 16);
- Referência à Estrutura Conceitual (Alterações ao CPC 15/IFRS 3);
- Classificação do Passivo em Circulante ou Não Circulante (Alterações ao CPC 26/IAS 1); CPC 50/IFRS 17 Contratos de Seguros.

10 Caixa e equivalentes de caixa

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	2020	2019	2020	2019
Caixa e bancos	145	1.211	858	1.322
Aplicações financeiras	<u>223.770</u>	<u>115.029</u>	<u>224.599</u>	<u>116.433</u>
	<u>223.915</u>	<u>116.240</u>	<u>225.457</u>	<u>117.755</u>

Os investimentos de curto prazo, classificados como equivalentes de caixa, referem-se a papéis remunerados a taxas referenciadas ao Certificado de Depósito Interbancário (CDI), contratadas com instituições consideradas pela administração como de 1ª linha, com possibilidades de

resgates parciais ou totais sem restrições. Os valores estão registrados pelo custo de aquisição, acrescido dos respectivos rendimentos, que foram de aproximadamente 100% do CDI (98% em 2019)

Os investimentos de curto prazo são somente em aplicações financeiras junto às instituições financeiras de primeira linha, conforme abertura abaixo:

Instituição financeira	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Itaú	69.129	14.033	69.129	14.033
Safra	11.246	6.284	11.246	6.284
Bradesco	93.388	50.553	94.217	50.554
Santander	50.007	44.159	50.007	45.562
	<u>223.770</u>	<u>115.029</u>	<u>224.599</u>	<u>116.433</u>

11 Contas a receber de clientes

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Clientes nacionais	10.055	10.559	14.448	18.253
Clientes no exterior	12.176	6.471	12.176	6.471
Partes relacionadas (veja nota explicativa n° 20)	9.804	11.027	1.111	995
(-) Provisão para perdas esperadas (i)	(140)	(396)	(816)	(561)
	<u>31.895</u>	<u>27.661</u>	<u>26.919</u>	<u>25.158</u>
Circulante	22.426	16.937	25.879	24.216
Não circulante	9.469	10.724	1.040	942

- (i) A Companhia e suas controladas têm como política contábil constituir a provisão para perdas esperadas para os recebíveis cuja liquidação seja considerada como incerta. Inicialmente, são feitas análises individuais, verificando-se o histórico recente e a data de vencimento dos títulos, bem como as condições de negócio de cada recebível, como negociações efetuadas com os clientes e a possibilidade de realização de cada recebível. De forma geral, a Companhia e suas controladas recebem antecipadamente cerca de 50% dos serviços que serão prestados, além de negociarem um prazo médio de 10 dias para o valor remanescente dos serviços prestados, o que reduz significativamente o risco de perdas. A provisão é considerada suficiente pela Administração para cobrir eventuais perdas na realização dos recebíveis.

Faixas de vencimento, excluindo saldos com partes relacionadas

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
A vencer	21.605	15.888	24.800	21.187
Vencidos entre 1 e 90 dias	84	580	457	1.798
Vencidos entre 91 e 180 dias	151	92	206	602
Vencidos acima de 180 dias	391	470	1.161	1.137
	<u>22.231</u>	<u>17.030</u>	<u>26.624</u>	<u>24.724</u>
(-) Provisão para perdas esperadas (ii)	(140)	(396)	(816)	(561)
	<u>22.091</u>	<u>16.634</u>	<u>25.808</u>	<u>24.163</u>

- (ii) A Companhia e suas controladas têm como política contábil constituir a provisão para perdas de créditos esperadas para os recebíveis cuja liquidação seja considerada como incerta. Inicialmente, são feitas análises individuais, verificando-se o histórico recente e a data de vencimento dos títulos, bem como as condições de negócio de cada recebível, como negociações efetuadas com os clientes e a possibilidade de realização de cada recebível. De forma geral, a Companhia e suas controladas recebem antecipadamente cerca de 50% dos serviços que serão prestados, além de negociarem um prazo médio de 10 dias para o valor remanescente dos serviços prestados, o que reduz significativamente o risco de perdas. A finalidade dessa análise é a de assegurar uma avaliação mais criteriosa na determinação da provisão para perda esperada para risco de crédito sobre as contas a receber da Companhia e de suas controladas. A provisão é considerada suficiente pela Administração para cobrir eventuais perdas na realização dos recebíveis.

Movimentação da provisão para perdas esperadas

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Saldo no início do exercício	(396)	(556)	(561)	(974)
Provisão constituída	(140)	-	(798)	-
Valores recuperados/revertidos	396	160	543	413
Saldo no final do exercício	<u>(140)</u>	<u>(396)</u>	<u>(816)</u>	<u>(561)</u>

12 Impostos a recuperar

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
PIS e COFINS (i)	6.476	8.346	6.476	8.363
INSS parte empresa (ii)	3.947	-	3.947	-
FUNDAF (iii)	784	2.863	10.598	13.291
IRPJ e CSLL (iv)	-	366	1.309	1.765
Outros	719	719	748	747
	<u>11.926</u>	<u>12.294</u>	<u>23.078</u>	<u>24.166</u>
Circulante	6.877	9.113	8.215	10.557
Não circulante	5.049	3.181	14.863	13.609

- (i) Refere-se a créditos originados da cobrança não-cumulativa do PIS e da COFINS, apurados principalmente nas operações de aquisição de bens integrantes do ativo imobilizado, que são compensados em parcelas mensais sucessivas, conforme determinado pela legislação vigente.
- (ii) Refere-se a créditos originados de ação judicial transitado em julgado, apurados sobre mão de obra própria e avulsa, que serão compensados a partir de 2021 com outros impostos administrados pela Receita Federal do Brasil (RFB).
- (iii) Refere-se ao Fundo Especial de Desenvolvimento e Aperfeiçoamento das Atividades de Fiscalização (FUNDAF), considerado inconstitucional pela Jurisprudência. Os valores pagos em exercícios anteriores, cuja jurisprudência já está pacificada no STF, iniciaram sua compensação a partir de 2020, com outros tributos administrados pela Receita Federal do Brasil (RFB).
- (iv) Refere-se aos impostos retidos na fonte incidentes sobre aplicações financeiras resgatadas e prestação de serviços.

13 Imposto de renda e contribuição social

(i) Composição do imposto de renda e contribuição social diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são registrados para refletir os efeitos fiscais futuros atribuíveis às diferenças temporárias entre a base fiscal de ativos e passivos e o seu respectivo valor contábil. Adicionalmente, a Administração, reconheceu os créditos tributários sobre prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social de exercícios anteriores, que não possuem prazo prescricional e cuja compensação está limitada a 30% dos lucros anuais tributáveis.

Baseado em expectativa de lucratividade e no plano de negócios aprovado pela Administração e acionistas, a Companhia e suas controladas registraram imposto de renda e contribuição social diferidos.

O saldo entre ativo e passivo é registrado líquido no balanço patrimonial individual e consolidado, conforme apresentado abaixo:

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Ativo não circulante				
Prejuízos fiscais a compensar e base negativa de contribuição social	11.534	13.419	16.479	18.657
Amortização de mais valia	-	-	2.521	1.172
	11.534	13.419	19.000	19.829
Passivo não circulante				
Juros capitalizados	(6.380)	(6.380)	(6.380)	(6.380)
Imposto de renda e contribuição social diferidos ativo	5.154	7.039	12.620	13.449

(ii) Reconciliação da alíquota efetiva

A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais combinadas e da despesa de imposto de renda e contribuição social reconhecida no resultado é demonstrada a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Resultado do exercício antes dos impostos	141.254	96.192	151.183	111.728
Imposto de renda e contribuição social à alíquota nominal de 34%	(48.026)	(32.705)	(51.402)	(37.987)
Adições e exclusões e outros				
Resultado de equivalência patrimonial	37.326	27.170	29.235	22.780
Exclusões (adições) permanentes	4.414	762	5.683	696
Outros	23	24	292	156
	(6.263)	(4.749)	(16.192)	(14.355)
Imposto de renda e contribuição social no resultado:				
Corrente	(6.263)	(4.749)	(17.230)	(14.571)
Diferido	-	-	1.038	216
Alíquota efetiva	4,4%	4,9%	10,7%	12,8%

As estimativas de realização dos créditos tributários da Companhia e suas controladas, decorrentes de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, estão respaldadas em projeções de rentabilidade da Companhia e de suas controladas, aprovadas pela Administração, a saber:

	Controladora	Consolidado
	31/12/2020	31/12/2020
2021	3.468	5.623
2022	1.686	5.738
2023	-	1.259
	5.154	12.620

As premissas utilizadas nas projeções de resultados operacionais e financeiros e o potencial de crescimento da Companhia e suas controladas foram baseados nas expectativas da Administração em relação ao futuro da Companhia e suas controladas.

14 Investimentos

(i) Composição dos saldos da controladora

	2020	2019
Investimentos em controladas, empreendimentos controlados em conjunto e coligadas		
(equivalência patrimonial)		
Rio Bacacheri Participações S.A.	33.410	9.601
Rocha Granéis Sólidos de Exportação S.A.	1	1
Porto Seco Rocha Terminais de Cargas Ltda.	25.851	24.960
Cattalini Terminais Marítimos S.A.	121.865	105.139
Ágio - aquisição Cattalini (i)	129.664	129.664
Mais valia - aquisição Cattalini (ii)	166.336	166.336
(-) Amortização mais valia líquida - aquisição Cattalini (ii)	(77.552)	(68.940)
TLP-Terminais Líquidos de Paranaguá Ltda.	5	5
Fullport8 Operação Portuária e Armazenagem Ltda.	920	853
Sul Trading Ltda.	8	8
	400.508	367.627

(ii) Composição dos saldos do consolidado

	2020	2019
Investimentos em empreendimentos controlados em conjunto e coligadas		
Cattalini Terminais Marítimos S.A.	121.865	105.139
Ágio - aquisição Cattalini (i)	129.664	129.664
Mais valia - aquisição Cattalini (ii)	166.336	166.336
(-) Amortização mais valia líquida - aquisição Cattalini (ii)	(77.552)	(68.940)
TLP-Terminais Líquidos de Paranaguá Ltda.	5	5
Companhia Operadora Portuária do Itaqui-COPI	26.781	21.952
Ágio - aquisição COPI (iii)	7.867	7.867
Mais valia - aquisição COPI (iv)	8.324	8.324
(-) Amortização mais valia líquida - aquisição COPI (iv)	(1.289)	(713)
Fullport8 Operação Portuária e Armazenagem Ltda.	920	853
Sul Trading Ltda.	8	8
	382.929	370.495

- (i) Refere-se ao ágio reconhecido como resultado da aquisição de 50% da Cattalini Terminais Marítimos S.A., em dezembro de 2011.
- (ii) Refere-se à mais valia atribuída aos ativos tangíveis (principalmente, instalações e terrenos) e intangíveis (principalmente, contrato de concessão e carteira de clientes) reconhecidos como resultado da aquisição de 50% da Cattalini Terminais Marítimos S.A., em dezembro de 2011.
- (iii) Refere-se ao ágio reconhecido como resultado da aquisição de 50% da Companhia Operadora Portuária de Itaquí-COPI, em agosto de 2015 (25%) e primeiro semestre de 2018 (25%).
- (iv) Refere-se à mais valia atribuída aos ativos tangíveis (principalmente, instalações e terrenos) e intangíveis (principalmente, contrato de concessão e carteira de clientes) reconhecidos como resultado da aquisição de 50% da Companhia Operadora Portuária de Itaquí-COPI, em agosto de 2015 (25%) e primeiro semestre de 2018.

(iii) Informações das controladas, empreendimentos controlados em conjunto e coligadas

	Rio Bacacheri	
	2020	2019
Ativos circulantes	848	825
Ativos não circulantes	88.624	80.715
Passivos circulantes	22.620	21.452
Passivos não circulantes	33.442	50.487
Receitas do exercício	29.589	13.981
Custos e despesas do exercício	(2.403)	(300)
Resultado da investida no exercício	27.186	13.681
Capital social	18.054	18.054
Quantidade de quotas possuídas	18.053.643	18.053.643
Patrimônio líquido	33.410	9.601
Participação no capital social no final do exercício	100,00%	100,00%
Participação no patrimônio líquido	33.410	9.601
	Rocha Granéis	
	2020	2019
Ativos circulantes	1	1
Capital social	1	1
Quantidade de quotas possuídas	250.000	250.000
Patrimônio líquido	1	1
Participação no capital social no final do exercício	100,00%	100,00%
Participação no patrimônio líquido	1	1
	Porto Seco	
	2020	2019
Ativos circulantes	3.414	3.516
Ativos não circulantes	43.083	42.670
Passivos circulantes	5.635	7.419
Passivos não circulantes	15.011	13.807
Receitas do exercício	33.665	29.551
Custos e despesas do exercício	(32.776)	(30.310)
Resultado da investida no exercício	889	(759)
Capital social	1.500	1.500
Quantidade de quotas possuídas	1.499.998	1.499.998
Patrimônio líquido	25.851	24.960
Participação no capital social no final do exercício	99,99%	99,99%
Participação no patrimônio líquido	25.851	24.960

Rocha Terminais Portuários e Logística S.A.
Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2020 e 2019

	Vanzin	
	2020	2019
Ativos circulantes	4.060	8.003
Ativos não circulantes	51.395	42.032
Passivos circulantes	8.365	12.829
Passivos não circulantes	13.844	13.549
Receitas do exercício	77.650	68.920
Custos e despesas do exercício	(48.061)	(49.009)
Resultado da investida no exercício	29.589	19.911
Capital social	2.895	2.895
Quantidade de quotas possuídas	2.895.000	2.895.000
Patrimônio líquido	33.246	23.657
Participação no capital social no final do exercício	100,00%	100,00%
Participação no patrimônio líquido	33.246	23.657

	TLP Terminais	
	2020	2019
Ativos circulantes	10	10
Capital social	10	10
Quantidade de quotas possuídas	5.000	5.000
Patrimônio líquido	10	10
Participação no capital social no final do exercício	50,00%	50,00%
Participação no patrimônio líquido	5	5

	Fullport8 Operações	
	2020	2019
Ativos circulantes	6.599	6.190
Ativos não circulantes	3.042	3.491
Passivos circulantes	6.380	6.319
Passivos não circulantes	14	351
Receitas do exercício	57.811	53.226
Custos e despesas do exercício	(52.196)	(49.300)
Resultado da investida no exercício	5.615	3.926
Capital social	250	250
Quantidade de quotas possuídas	70.825	70.825
Patrimônio líquido	3.247	3.011
Participação no capital social no final do exercício	28,33%	28,33%
Participação no patrimônio líquido	920	853

	Sul Trading	
	2020	2019
Ativos circulantes	1.641	1.520
Ativos não circulantes	47	47
Passivos circulantes	116	1
Receitas do exercício	38	65
Custos e despesas do exercício	(31)	(37)
Resultado da investida no exercício	7	28
Capital social	1.000	1.000
Quantidade de quotas possuídas	5.000	5.000
Patrimônio líquido	1.572	1.565
Participação no capital social no final do exercício	0,50%	0,50%
Participação no patrimônio líquido	8	8

	Cattalini Terminais	
	2020	2019
Ativos circulantes	167.912	63.651
Caixa e equivalente de caixa	145.660	54.894
Contas a receber de clientes	13.793	4.832
Estoques	1.598	1.875
Impostos a recuperar	5.293	407
Outros ativos circulantes	1.568	1.643
Ativos não circulantes	431.175	400.436
Imposto de renda e contribuição social diferidos	281	-
Depósitos judiciais	2.088	1.324
Outros ativos não circulantes	-	707
Investimentos	451	347
Imobilizado	427.455	397.094
Intangível	900	964
Passivos circulantes	151.817	46.457
Fornecedores	8.500	4.796
Empréstimos e financiamentos	46.435	22.968
Impostos e contribuições a recolher	12.932	7.893
Obrigações trabalhistas e previdenciárias	8.011	6.953
Outras contas a pagar	9.339	6.303
Dividendos a pagar	66.600	0
Passivos não circulantes	203.525	208.615
Empréstimos e financiamentos	199.145	204.377
Imposto de renda e contribuição social diferidos	4.380	3.620
Provisão para contingências	-	183
Patrimônio líquido - controladores	243.730	209.435
Patrimônio líquido – não controladores	15	15
Receitas do exercício	379.908	307.363
Custos dos serviços prestados	(83.259)	(72.978)
Lucro bruto	296.649	234.385
Despesas administrativas	(20.230)	(11.606)
Equivalência patrimonial	(75)	(1.030)
Resultado antes das despesas financeiras	276.344	221.750
Resultado financeiro líquido	(7.447)	(3.632)
Resultado antes dos impostos	268.897	218.118
Imposto de renda e contribuição social	(91.444)	(74.769)
Resultado da investida no exercício	177.453	143.349
Depreciação e amortização	(22.629)	(17.728)
Capital social	53.701	53.701
Quantidade de quotas possuídas	26.850.591	26.850.591
Participação no capital social no final do exercício	50,00%	50%
Participação no patrimônio líquido	121.865	104.717

	COPI	
	2020	2019
Ativos circulantes	12.702	54.189
Ativos não circulantes	168.118	97.583
Passivos circulantes	31.066	21.132
Passivos não circulantes	96.192	86.736
Receitas do exercício	64.964	40.178
Custos e despesas do exercício	(55.297)	(39.449)
Resultado da investida no exercício	9.667	729
Capital social	32.742	32.742
Quantidade de quotas possuídas	16.371.172	16.371.172
Patrimônio líquido	53.562	43.904
Participação no capital social no final do exercício	50,00%	50,00%
Participação no patrimônio líquido	26.781	21.952

	COPI SI	
	2020	2019
Ativos circulantes	1.146	1.103
Passivos circulantes	1.108	103
Resultado da investida no exercício	38	11
Patrimônio líquido	991	989
Participação no capital social no final do exercício	50,00%	50,00%
Participação no patrimônio líquido	495	495

(iv) Movimentação dos investimentos no exercício

	Controladora							Total
	Rio Bacacheri	Rocha Granéis	Porto Seco	Cattalini Terminais	TLP Terminais	Fullport8 Operações	Sul Trading	
Saldo em 31 de dezembro de 2018	34.765	1	25.720	353.927	5	971	8	415.397
Reversão de dividendos	1.751	-	-	-	-	-	-	1.751
Dividendos recebidos	-	-	-	(87.600)	-	(1.118)	-	(88.718)
Dividendos a receber	(3.420)	-	-	-	-	(120)	-	(3.540)
Resultado de equivalência patrimonial (i)	13.681	-	(760)	65.872	-	1.120	-	79.913
Ágio em transação de capital (ii)	(37.176)	-	-	-	-	-	-	(37.176)
Saldo em 31 de dezembro de 2019	9.601	1	24.960	332.199	5	853	8	367.627
Reversão de dividendos	3.420	-	-	-	-	-	-	3.420
Dividendos recebidos	-	-	-	(38.700)	-	(1.258)	-	(39.958)
Dividendos a receber	(6.797)	-	-	(33.300)	-	(265)	-	(40.362)
Resultado de equivalência patrimonial (i)	27.186	-	891	80.114	-	1.590	-	109.781
Saldo em 31 de dezembro de 2020	33.410	1	25.851	340.313	5	920	8	400.508

	Consolidado					
	Cattalini Terminais	TLP Terminais	COPI	Fullport8 Operações	Sul Trading	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2018	353.927	5	37.017	971	8	391.928
Reversão de dividendos	-	-	827	-	-	827
Dividendos recebidos	(87.600)	-	-	(1.118)	-	(88.718)
Dividendos a receber	-	-	(546)	(120)	-	(666)
Resultado de equivalência patrimonial (i)	65.872	-	9	1.120	-	67.001
Outras movimentações, líquidas	-	-	123	-	-	123
Saldo em 31 de dezembro de 2019	332.199	5	37.430	853	8	370.495
Reversão de dividendos	-	-	546	-	-	546
Dividendos recebidos	(38.700)	-	-	(1.258)	-	(39.958)
Dividendos a receber	(33.300)	-	(574)	(265)	-	(34.139)
Resultado de equivalência patrimonial (i)	80.114	-	4.281	1.590	-	85.985
Saldo em 31 de dezembro de 2020	340.313	5	41.683	920	8	382.929

- (i) A Companhia apresenta nas suas demonstrações financeiras como redutor da equivalência patrimonial de seus investimentos a parcela correspondente a cada amortização da mais valia auferida no desdobramento do preço de aquisição de seus investimentos.
- (ii) Em 18 de outubro de 2019 a controlada Rio Bacacheri Participações S.A. adquiriu 40% do capital social de sua controlada Vanzin Operações Portuárias S.A. A contraprestação total foi de R\$ 75.000, dos quais R\$ 20.000 foram quitadas em 2019, houve ainda o pagamento da 1ª parcela no exercício de 2020 e o saldo será pago em 3 parcelas anuais de 2021 a 2023. A alteração de participação no capital da controlada gerou um ágio de R\$ 37.176, contabilizado no patrimônio líquido da Rio Bacacheri como transação de capital, sendo os efeitos reflexos na controladora, também registrados no patrimônio líquido.

15 Imobilizado

(i) Composição do saldo (controladora)

	2020			2019
	Custo	Depreciação acumulada	Líquido	Líquido
Benfeitorias em imóveis locados (i)	375.619	(67.666)	307.953	322.222
Edificações e benfeitorias	67.167	(20.684)	46.483	46.631
Equipamentos e guindastes	199.036	(83.013)	116.023	74.803
Outros ativos	19.148	(11.184)	7.964	7.941
Imobilizações em andamento	35.359	(581)	34.778	26.523
	<u>696.329</u>	<u>(183.128)</u>	<u>513.201</u>	<u>478.120</u>

(ii) Movimentação do custo (controladora)

	Saldo em	Movimentação em 2019			Saldo em
	31/12/2018	Adições (ii)	Baixas	Transferências	31/12/2019
	Custo				Custo
Benfeitorias em imóveis locados (i)	372.939	1.316	(123)	517	374.649
Edificações e benfeitorias	62.375	3.149	(162)	-	65.362
Equipamentos e guindastes	137.634	3.749	(480)	2.340	143.243
Outros ativos	15.920	1.633	(597)	378	17.334
Imobilizações em andamento	12.624	18.842	(1.227)	(3.235)	27.004
	<u>601.492</u>	<u>28.689</u>	<u>(2.589)</u>	<u>-</u>	<u>627.592</u>

	Saldo em	Movimentação em 2020			Saldo em
	31/12/2019	Adições (ii)	Baixas	Transferências	31/12/2020
	Custo				Custo
Benfeitorias em imóveis locados (i)	374.649	970	-	-	375.619
Edificações e benfeitorias	65.362	1.805	-	-	67.167
Equipamentos e guindastes	143.243	35.550	-	20.243	199.036
Outros ativos	17.334	1.901	(87)	-	19.148
Imobilizações em andamento	27.004	28.598	-	(20.243)	35.359
	<u>627.592</u>	<u>68.824</u>	<u>(87)</u>	<u>-</u>	<u>696.329</u>

(iii) Movimentação da depreciação (controladora)

	Saldo em 31/12/2018	Movimentação em 2019			Saldo em 31/12/2019
	Depreciação	Adições	Baixas	Transferências	Depreciação
Benfeitorias em imóveis locados (i)	(37.242)	(15.186)	1	-	(52.427)
Edificações e benfeitorias	(16.972)	(1.870)	111	-	(18.731)
Equipamentos e guindastes	(57.226)	(11.657)	443	-	(68.440)
Outros ativos	(8.172)	(1.685)	464	-	(9.393)
Imobilizações em andamento	-	(481)	-	-	(481)
	<u>(119.612)</u>	<u>(30.879)</u>	<u>1.019</u>	<u>-</u>	<u>(149.472)</u>
	Saldo em 31/12/2019	Movimentação em 2020			Saldo em 31/12/2020
	Depreciação	Adições	Baixas	Transferências	Depreciação
Benfeitorias em imóveis locados (i)	(52.427)	(15.239)	-	-	(67.666)
Edificações e benfeitorias	(18.731)	(1.953)	-	-	(20.684)
Equipamentos e guindastes	(68.440)	(14.573)	-	-	(83.013)
Outros ativos	(9.393)	(1.820)	29	-	(11.184)
Imobilizações em andamento	(481)	(100)	-	-	(581)
	<u>(149.472)</u>	<u>(33.685)</u>	<u>29</u>	<u>-</u>	<u>(183.128)</u>

(iv) Composição do saldo (consolidado)

	2020			2019
	Custo	Depreciação acumulada	Líquido	Líquido
Benfeitorias em imóveis locados (i)	397.769	(78.088)	319.681	334.517
Edificações e benfeitorias	67.167	(20.684)	46.483	46.631
Equipamentos e guindastes	244.488	(115.861)	128.627	82.917
Outros ativos	22.829	(13.885)	8.944	9.024
Mais valia Vanzin	7.042	(3.210)	3.832	4.224
Imobilizações em andamento	36.620	(757)	35.863	26.562
	<u>775.915</u>	<u>(232.485)</u>	<u>543.430</u>	<u>503.875</u>

(v) Movimentação do custo (consolidado)

	Saldo em 31/12/2018	Movimentação em 2019			Saldo em 31/12/2019
	Custo	Adições (ii)	Baixas	Transferências (a)	Custo
Benfeitorias em imóveis locados (i)	393.822	2.110	(123)	594	396.403
Edificações e benfeitorias	62.375	3.149	(162)	-	65.362
Equipamentos e guindastes	175.055	6.046	(1.698)	2.340	181.743
Outros ativos	19.285	2.014	(663)	378	21.014
Mais valia Vanzin	3.367	3.675	-	-	7.042
Imobilizações em andamento	13.484	18.842	(1.227)	(3.782)	27.317
	<u>667.388</u>	<u>35.836</u>	<u>(3.873)</u>	<u>(470)</u>	<u>698.881</u>

(a) Transferência para softwares no intangível no valor de R\$ 470.

	Saldo em	Movimentação em 2020			Saldo em
	31/12/2019	Adições (ii)	Baixas	Transferências	31/12/2020
	Custo				Custo
Benfeitorias em imóveis locados (i)	396.403	1.366	-	-	397.769
Edificações e benfeitorias	65.362	1.805	-	-	67.167
Equipamentos e guindastes	181.743	42.527	(207)	20.425	244.488
Outros ativos	21.014	2.085	(88)	(182)	22.829
Mais valia Vanzin	7.042	-	-	-	7.042
Imobilizações em andamento	27.317	29.673	(127)	(20.243)	36.620
	<u>698.881</u>	<u>77.456</u>	<u>(422)</u>	<u>-</u>	<u>775.915</u>

Movimentação da depreciação (consolidado)

	Saldo em	Movimentação em 2019			Saldo em
	31/12/2018	Adições	Baixas	Transferências	31/12/2019
	Depreciação				Depreciação
Benfeitorias em imóveis locados (i)	(45.764)	(16.123)	1	-	(61.886)
Edificações e benfeitorias	(16.972)	(1.870)	111	-	(18.731)
Equipamentos e guindastes	(85.514)	(14.843)	1.531	-	(98.826)
Outros ativos	(10.540)	(1.980)	530	-	(11.990)
Mais valia Vanzin	(2.345)	(473)	-	-	(2.818)
Imobilizações em andamento	-	(755)	-	-	(755)
	<u>(161.135)</u>	<u>(36.044)</u>	<u>2.173</u>	<u>-</u>	<u>(195.006)</u>

	Saldo em	Movimentação em 2020			Saldo em
	31/12/2019	Adições	Baixas	Transferências	31/12/2020
	Depreciação				Depreciação
Benfeitorias em imóveis locados (i)	(61.886)	(16.202)	-	-	(78.088)
Edificações e benfeitorias	(18.731)	(1.953)	-	-	(20.684)
Equipamentos e guindastes	(98.826)	(17.042)	189	(182)	(115.861)
Outros ativos	(11.990)	(2.107)	30	182	(13.885)
Mais valia Vanzin	(2.818)	(392)	-	-	(3.210)
Imobilizações em andamento	(755)	(113)	111	-	(757)
	<u>(195.006)</u>	<u>(37.809)</u>	<u>330</u>	<u>-</u>	<u>(232.485)</u>

(i) referem-se a benfeitorias efetuadas nos imóveis locados da Superagui, vide Notas Explicativas 7.c e 20.

(ii) O Grupo iniciou novos projetos que estão em andamento e os custos incorridos até 31 de dezembro de 2020 totalizaram R\$ 35.359 na controladora e R\$ 36.620 no consolidado (R\$ 27.004 e R\$27.317, respectivamente em 2019). Incluídos nestes valores, foram capitalizados custos de empréstimos no montante R\$ 3.052 na controladora e consolidado (R\$ 916 em 2019).

Revisão das vidas úteis

As taxas de depreciação do ativo imobilizado foram revisadas durante o exercício, conforme requerido pelo CPC 27 - Ativo Imobilizado, sendo que a Companhia e suas controladas não identificaram a necessidade de alterar as taxas de depreciação/vidas úteis utilizadas no exercício anterior.

Avaliação para redução ao valor recuperável de ativos

Durante o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2020 a Administração realizou testes com o objetivo de identificar a existência de indicadores de que determinados ativos poderiam estar registrados acima do seu valor recuperável. Após tais análises a Administração não identificou indicadores, internos ou externos, de que os valores recuperáveis desses ativos sejam inferiores aos seus valores contábeis, conseqüentemente, nenhuma provisão para perdas foi constituída.

Garantias

Existem bens dados em garantias, em operações de fime, cuja garantia para tais operações são os próprios bens. Há ainda, benfeitorias, edificações e equipamentos dados em garantia para as operações de empréstimos e financiamentos realizadas nas modalidades GIMPO e GEXPO (veja nota explicativa 18).

Imobilizado em andamento

O Grupo possuía ativos em construção e os custos incorridos até 31 de dezembro de 2020 totalizaram R\$ 36.320 (2019: R\$ 27.317). Incluídos neste valor estão capitalizados custos de empréstimos relacionados à contratação de financiamentos para custeio dos novos ativos de R\$ 3.052 (2019: R\$ 916), calculados utilizando uma taxa de capitalização de 4,6% ao ano em 2020 (6,10% em 2019).

16 Intangível

(i) Composição do saldo (controladora)

	2020			2019
	Custo	Amortização Acumulada	Líquido	Líquido
<i>Softwares</i>	12.176	(8.353)	3.823	2.347
Outros intangíveis	185	(3)	182	182
	12.361	(8.356)	4.005	2.529

(ii) Movimentação do custo (controladora)

	Saldo em 31/12/2018	Movimentação em 2019			Saldo em 31/12/2019
	Custo	Adições	Baixas	Transferências	Custo
<i>Softwares</i>	8.824	812	-	-	9.636
Outros intangíveis	177	7	-	-	184
	9.001	819	-	-	9.820
	Saldo em 31/12/2019	Movimentação em 2020			Saldo em 31/12/2020
	Custo	Adições	Baixas	Transferências	Custo
<i>Softwares</i>	9.636	2.540	-	-	12.176
Outros intangíveis	184	1	-	-	185
	9.820	2.541	-	-	12.361

(iii) Movimentação da amortização (controladora)

	Saldo em 31/12/2018	Movimentação em 2019			Saldo em 31/12/2019
	Amortização	Adições	Baixas	Transferências	Amortização
<i>Softwares</i>	(6.317)	(972)	-	-	(7.289)
Outros intangíveis	(1)	(1)	-	-	(2)
	<u>(6.318)</u>	<u>(973)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(7.291)</u>
	Saldo em 31/12/2019	Movimentação em 2020			Saldo em 31/12/2020
	Amortização	Adições	Baixas	Transferências	Amortização
<i>Softwares</i>	(7.289)	(1.064)	-	-	(8.353)
Outros intangíveis	(2)	(1)	-	-	(3)
	<u>(7.291)</u>	<u>(1.065)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(8.356)</u>

Composição do saldo (consolidado)

	2020		2019	
	Custo	Amortização acumulada	Líquido	Líquido
<i>Softwares</i>	16.258	(12.073)	4.185	2.948
Outros intangíveis	1.243	(598)	645	694
Ágio na aquisição de investimentos (i)	14.698	-	14.698	14.698
Intangíveis identificados em aquisição de subsidiária (i)	<u>35.781</u>	<u>(2.916)</u>	<u>32.865</u>	<u>32.830</u>
	<u>67.980</u>	<u>(15.587)</u>	<u>52.393</u>	<u>51.170</u>

(iv) Movimentação do custo (consolidado)

	Saldo em 31/12/2018	Movimentação em 2019			Saldo em 31/12/2019
	Custo	Adições	Baixas	Transferências	Custo
<i>Softwares</i>	12.789	888	-	-	13.677
Outros intangíveis	764	5	-	470	1.239
Ágio na aquisição de investimentos (i)	14.698	-	-	-	14.698
Intangíveis identificados em aquisição de subsidiária (i)	<u>-</u>	<u>32.830</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>32.830</u>
	<u>28.251</u>	<u>33.723</u>	<u>-</u>	<u>470</u>	<u>62.444</u>

	Saldo em 31/12/2019	Movimentação em 2020			Saldo em 31/12/2020
	Custo	Adições	Baixas	Transferências	Custo
<i>Softwares</i>	13.677	2.582	-	-	16.259
Outros intangíveis	1.239	3	-	-	1.242
Ágio na aquisição de investimentos (i)	14.698	-	-	-	14.698
Intangíveis identificados em aquisição de subsidiária (i)	32.830	2.951	-	-	35.781
	<u>62.444</u>	<u>5.536</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>67.980</u>

- (i) Refere-se ao ágio/mais valia decorrentes da aquisição de 100% da controlada Vanzin Operações Portuárias S.A conforme nota explicativa 2. Os referidos valores do ágio/mais valia baseiam-se na expectativa de rentabilidade futura das operações adquiridas e economias de escala que se esperava obter por meio das combinações das operações, que não podem ser reconhecidas separadamente como um ativo intangível. O ágio por expectativa de rentabilidade futura não é amortizado e testes de redução ao valor recuperável anuais são realizados de acordo com as práticas contábeis existentes.

(v) Movimentação da amortização (consolidado)

	Saldo em 31/12/2018	Movimentação em 2019			Saldo em 31/12/2019
	Amortização	Adições	Baixas	Transferências	Amortização
<i>Softwares</i>	(9.387)	(1.342)	-	-	(10.729)
Outros intangíveis	(501)	(44)	-	-	(545)
	<u>(9.888)</u>	<u>(1.386)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(11.274)</u>

	Saldo em 31/12/2019	Movimentação em 2020			Saldo em 31/12/2020
	Amortização	Adições	Baixas	Transferências	Amortização
<i>Softwares</i>	(10.729)	(1.344)	-	-	(12.073)
Intangíveis identificados em aquisição de subsidiária	-	(2.916)	-	-	(2.916)
Outros intangíveis	(545)	(53)	-	-	(598)
	<u>(11.274)</u>	<u>(4.313)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(15.587)</u>

Ativos com vida útil definida

O Grupo avalia anualmente se há evidências que indiquem que o valor recuperável dos ativos intangíveis de vida útil definida possa ter sofrido redução em relação aos valores registrados contabilmente. Quando tais evidências são identificadas testes detalhados de recuperabilidade (*impairment*) para essa categoria de ativos são procedidos. Nas datas dos balanços não foram identificados indicadores ou fatores de que os valores registrados contabilmente não sejam recuperáveis.

Ativos com vida útil indefinida

Os ativos com vida útil indefinida do Grupo são formados pelos ágios pagos em combinações de negócios. Esses ativos são submetidos a testes de recuperabilidade (*impairment*) anualmente, independentemente de haver ou não indicadores de riscos presentes.

Os ágios apresentados acima estão fundamentados na expectativa de rentabilidade futura, suportados por laudos de avaliações, após alocação dos ativos identificados.

Os ágios mantidos pelo Grupo estão abaixo resumidos:

Negócio adquirido	2020	2019
Cattalini (Nota 14)	129.664	129.664
Vanzin (Nota 14)	14.698	14.698
COPI (Nota 14)	7.867	7.867
	152.229	152.229

Com base nos testes conduzidos para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 a Administração concluiu que o valor desses ativos será recuperado por montante superior ao valor contábil registrado na data do balanço, não sendo necessário, portanto, registrar provisão para perda por realização para os ágios registrados.

Os testes foram realizados com base na metodologia do fluxo de caixa descontado, visando apurar o valor em uso para cada uma das Unidades Geradoras de Caixa (UGC) às quais o ágio está alocado. Unidade Geradora de Caixa é o menor grupo identificável de ativos que gera entradas de caixa, entradas essas que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos ou outros grupos de ativos. Cada negócio adquirido representa uma Unidade Geradora de Caixa.

As projeções de caixa foram realizadas para um horizonte de 5 anos e posteriormente perpetuadas. O primeiro ano do fluxo projetado está de acordo com o orçamento detalhado da Administração para cada controlada, a qual é considerada a UGC para fins do teste de recuperabilidade. Para os próximos quatro anos foram adotadas premissas de crescimento baseadas nas diretrizes de negócios da Administração utilizando uma taxa de crescimento de 3,5%. A taxa de crescimento nominal média para o período de projeção foi de 7,16% e de descontos antes dos impostos foi de 10,89%.

17 Fornecedores e outras contas a pagar

a. Fornecedores

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Fornecedores nacionais (i)	16.655	20.139	20.921	23.656
Partes relacionadas (veja nota explicativa nº 20)	786	1.308	779	761
	17.441	21.447	21.700	24.417
Circulante	17.156	21.149	21.415	24.119
Não circulante	285	298	285	298

- (i) Refere-se, principalmente, a gastos decorrentes da contratação de serviços, OGMO, tarifas portuárias, fretes, locações de equipamentos, combustíveis, serviços e peças para manutenção e reforma de máquinas e equipamentos, contratação de mão de obra para realizar operações nos armazéns, entre outros.

b. Outras contas a pagar

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Contas a pagar por aquisição (i)	-	-	44.696	60.769
Taxas municipais parceladas (ii)	-	319	-	319
Outras contas a pagar (iii)	43.244	37.362	43.244	37.362
	<u>43.244</u>	<u>37.681</u>	<u>87.940</u>	<u>98.450</u>
Circulante	-	319	16.201	16.391
Não circulante	43.244	37.362	71.739	82.059

- (i) Refere-se aos valores parcelados na aquisição de 40% das ações da controlada Vanzin, conforme N.E. 2;
- (ii) Refere-se ao parcelamento de taxas de IPTU junto à prefeitura de Paranaguá/PR;
- (iii) Refere-se a discussão judicial com a APPA - Associação de Portos de Paranaguá e Antonina, onde a Companhia foi beneficiada por ação coletiva movida pelo Sindicato dos Operadores Portuários- SINDOP, a qual visa a decretação da inconstitucionalidade e ilegalidade dos reajustes das tarifas portuárias que passaram a ser cobradas dos operadores portuários do Estado do Paraná, com base na Portaria 282/2001 do Ministério dos Transportes e na ordem de serviço nº 273/2001. Os valores controversos estão sendo depositados em juízo conforme demonstrado na Nota Explicativa 21.

18 Empréstimos e financiamentos

(i) Composição do saldo

Moeda	Natureza	Taxa efetiva	Início	Vencimento	Controladora		Consolidado	
					2020	2019	2020	2019
Real	NCE (i)	CDI + 1,79% a.a.	23/04/2019	14/03/2023	-	-	9.462	13.350
Real	CCE GEXPO (ii)	CDI + 2,95% a.a.	06/09/2016	06/09/2021	26.426	43.168	26.426	43.168
Real	NCE GEXPO (iii)	CDI + 2,93% a.a.	04/10/2016	05/09/2022	11.667	18.382	11.667	18.382
Real	NCE GEXPO (iv)	CDI + 1,71% a.a.	04/07/2019	05/07/2027	25.457	25.916	25.457	25.916
Real	Leasing GEXPO (v)	14,64% a.a.	28/05/2018	23/11/2020	-	252	-	252
Real	BNDES - GIMPO (vi)	TJLP + 1,72% a.a.	15/05/2011	16/06/2021	5.132	10.339	5.132	10.339
Real	BNDES - GEXPO (vii)	TJLP + 3,5% a.a.	15/12/2017	15/12/2026	68.313	72.550	68.313	72.550
Real	K Giro-GEXPO 2 (viii)	CDI + 3,27% a.a.	30/09/2020	16/09/2030	147.138	-	147.138	-
Real	K Giro-GIMPO MHC (ix)	CDI + 2,97% a.a.	23/04/2020	01/10/2025	19.804	-	23.812	-
Real	Debêntures (x)	CDI + 2,65% a.a.	07/07/2012	07/07/2020	-	39.423	-	39.423
					<u>303.939</u>	<u>210.030</u>	<u>317.409</u>	<u>223.380</u>
	Circulante				72.205	82.160	76.060	86.135
	Não circulante				231.734	127.870	241.349	137.245

- (i) Em abril de 2019, a controlada Vanzin Serviços Aduaneiros S.A. captou recursos através de uma Nota de Crédito à Exportação com o Banco Bradesco, cujo montante total captado foi de R\$ 15.000, com amortização em 8 parcelas semestrais, vencendo a primeira em outubro de 2020, atualizável pela variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) acrescido do spread de 1,79% a.a.
- (ii) Em setembro de 2016, a Companhia captou recursos através de uma Cédula de Crédito à Exportação com o Banco Santander, cujo montante total captado foi de R\$ 60.000, com amortização em 8 parcelas semestrais, vencendo a primeira em março de 2019, atualizável pela variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) acrescido do spread de 2,95% a.a.
- (iii) Em outubro de 2016, a Companhia captou recursos através de uma Nota de Crédito à Exportação com o Banco Bradesco, cujo montante total captado foi de R\$ 30.000, com amortização em 18 parcelas trimestrais, vencendo a primeira em junho de 2018, atualizável pela variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) acrescido do spread de 2,93% a.a.

- (iv) Em julho de 2019, a Companhia captou recursos através de uma Nota de Crédito à Exportação com o Banco Bradesco, cujo montante total captado foi de R\$ 25.000, com amortização em 12 parcelas semestrais, vencendo a primeira em janeiro de 2021, atualizável pela variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) acrescido do spread de 1,71% a.a.
- (v) Em maio de 2018, a Companhia Rocha Terminais Portuários e Logística S.A. adquiriu servidores e equipamentos de informática através de um Leasing Financeiro com a HP Financial, cujo montante total financiado foi de R\$ 1.220, com amortização em 36 parcelas mensais fixas acrescidas de juros de 14,64% a.a., vencendo a primeira em julho de 2018.
- (vi) Em abril de 2011, a Companhia assinou contrato de empréstimo com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES na modalidade Finame, cujo montante total captado foi de R\$ 14.808, com amortização a partir de maio de 2013, em 96 parcelas mensais, sendo que, até o início da amortização, os encargos foram pagos trimestralmente, após o período de carência os encargos são pagos mensalmente. Adicionalmente, em maio de 2011, a Companhia assinou outro contrato de empréstimo com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES na modalidade Finem, cujo montante total captado foi de R\$ 40.076, com amortização a partir de julho de 2013, em 96 parcelas mensais, sendo que, até o início da amortização, os encargos foram pagos trimestralmente, após o período de carência os encargos são pagos mensalmente.
- (vii) Em abril de 2018, a Companhia assinou contrato de empréstimo com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES para a complementação do financiamento para construção do Complexo para a Exportação de Grãos GEXPO de Paranaguá/PR, cujo montante total captado foi de R\$ 90.000, com amortização a partir de dezembro de 2018 terminando em dezembro de 2026, sendo que, os encargos durante o período da carência foram pagos trimestralmente, após o período de carência os encargos são pagos mensalmente.
- (viii) Em setembro de 2020, a Companhia captou recursos através de uma Linha de Capital de Giro junto ao Banco Itaú, cujo montante total captado foi de R\$ 145.000, com amortização em 17 parcelas semestrais, vencendo a primeira em setembro de 2022, atualizável pela variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) acrescido do spread de 3,27% a.a.
- (ix) Em abril de 2020, a Companhia captou recursos através de uma Cédula de Crédito Bancário com o Banco Bradesco, cujo montante total captado foi de R\$ 18.000, com amortização única em abril de 2021, atualizável pela variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) acrescido do spread de 2,7952% a.a. Em julho de 2020, a Companhia captou recursos através de uma Cédula de Crédito Bancário com o Banco Bradesco, cujo montante total captado foi de R\$ 1.742, com amortização em 12 parcelas mensais, vencendo a primeira em setembro de 2020, atualizável pela variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) acrescido do spread de 2,7521% a.a. Em outubro de 2020 a controlada Vanzin captou recursos através de uma Linha de Capital de Giro com o Banco Santander, cujo montante total captado foi de R\$ 3.990, com amortização em 43 parcelas mensais, vencendo a primeira em abril de 2022, atualizável pela variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) acrescido do spread de 2,97% a.a.
- (x) A Companhia emitiu 172 debêntures simples, não conversíveis em ações com valor nominal de R\$ 1.000 cada em dezembro de 2011, cuja colocação foi feita por meio de oferta pública com esforços restritos de distribuição. As debêntures foram quitadas em julho de 2020 e sendo amortizadas em nove parcelas semestrais desde julho de 2016, atualizável pela variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) acrescido do spread de 2,65% a.a.

(ii) Movimentação no exercício

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Saldo no início do exercício	210.030	259.545	223.380	275.404
Captações	167.894	25.000	171.884	25.000
Juros e correções incorridos	11.567	20.293	12.134	21.475
Custos debêntures amortizados	380	651	380	651
Pagamentos de principal	(74.298)	(74.803)	(78.048)	(76.678)
Pagamentos de juros	(11.634)	(20.656)	(12.321)	(22.472)
	303.939	210.030	317.409	223.380
Saldo no final do exercício	303.939	210.030	317.409	223.380

As parcelas classificadas no passivo não circulante têm o seguinte cronograma de pagamentos:

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
2021	-	45.586	-	49.336
2022	25.677	19.599	30.262	23.349
2023	32.661	14.603	35.649	16.478
2024	32.901	14.603	34.015	14.603
2025	33.073	14.603	34.001	14.603
2026	33.099	14.603	33.099	14.603
2027	21.753	4.273	21.753	4.273
2028	17.523	-	17.523	-
2029	17.534	-	17.534	-
2030	17.513	-	17.513	-
	231.734	127.870	241.349	137.245

Cláusulas contratuais restritivas (“covenants”)

a. *BNDES - GIMPO*

A relação entre a dívida líquida e o EBITDA ajustado(i) dos últimos 12 meses não poderá ser superior a 4,0x, sendo que para o cálculo da razão Dívida EBITDA ajustado deverá ser considerada a consolidação proporcional “proforma” da participação que a Companhia detém na Cattalini. No caso de não cumprimento deste indicador a Companhia deverá apresentar garantias reais adicionais, que perfaçam no mínimo 130% do saldo devedor atualizado.

b. *BNDES - GEXPO*

A relação entre a dívida líquida e o EBITDA ajustado dos últimos 12 meses não poderá ser superior a 3,5x, sendo que para o cálculo da razão Dívida líquida/EBITDA ajustado deverá ser considerado o EBITDA ajustado das Sociedades Investidas que sejam contabilizadas através do método de equivalência patrimonial, no percentual de sua participação societária. No caso de não cumprimento deste indicador, o credor poderá declarar vencimento antecipado. O Grupo precisa de anuência prévia para alteração de controle societário.

(i) EBITDA ajustado: resultado líquido conforme a combinação das demonstrações financeiras consolidadas da Companhia e de suas investidas que sejam contabilizadas através do método de equivalência patrimonial, no percentual de sua participação societária, considerando também eventuais resultados proforma das sociedades investidas adquiridas no ano civil, e excluindo: (a) imposto de renda e contribuição social sobre o lucro; (b) resultado de participações societárias, calculado pelo método de equivalência patrimonial; (c) receitas e despesas financeiras; (d) receitas e despesas não recorrentes e/ou não operacionais; e (e) depreciação e amortização (incluindo de ágio ou outras). Em caso de sociedades investidas vendidas no último ano civil, esta (s) não deverá (ão) ser considerada (s) na base de cálculo do EBITDA ajustado.

c. *Debêntures*

A razão dívida líquida/EBITDA para as debêntures deverá ser calculada considerando-se o EBITDA ajustado da Companhia: (a) pelo resultado não operacional, (b) pela equivalência patrimonial, e (c) e pela participação dos acionistas minoritários, adicionado o valor dos dividendos recebidos pela Companhia oriundos da participação societária na Cattalini. O não cumprimento deste indicador permitirá aos debenturistas declarar vencimento antecipado de todas as obrigações. Os indicadores a serem cumpridos conforme o contrato para cada ano estão abaixo descritos:

Endividamento Financeiro Líquido (ii) /
(EBITDA+ Dividendos)
(“Razão Dívida EBITDA”)

2016 e 2018	3,50x
2019 e após	3,00x

(ii) Endividamento financeiro deduzido do saldo de caixa e das aplicações financeiras da Companhia relativo aos 12 meses anteriores ao cálculo.

Durante a vigência das Debêntures, a Companhia precisava de anuência prévia para alteração de controle societário e ainda, alteração na Investida Cattalini.

d. Santander CCE

Possui cláusulas contratuais restritivas idênticas às debêntures.

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019 a Companhia está em conformidade com todas as exigências e cláusulas contratuais restritivas (*covenants*) descritas nas letras (a) a (d) acima. Com relação ao Santander CCE, a Companhia precisa de anuência prévia para alteração de controle societário.

Garantias

Os empréstimos obtidos junto ao BNDES possuem garantias reais no valor de 130% do saldo da dívida. Para as modalidades Finem, GIMPO e GEXPO, estão hipotecados os terrenos de acionistas, benfeitorias, edificações e equipamentos relacionados aos ativos-alvo do financiamento. Já para a modalidade Finame, foi concedida a alienação fiduciária das máquinas e equipamentos adquiridos. Na linha BNDES GEXPO, há a garantia por Carta Fiança emitida pelo Acionista RTP Administração e Participações Ltda. As debêntures emitidas foram garantidas pela alienação fiduciária de 25% das ações emitidas pela Cattalini e também pela cessão fiduciária do fluxo de dividendos e juros sobre capital próprio a serem pagos a emissora em conta vinculada.

19 Impostos e contribuições a recolher

O saldo é composto pelos seguintes valores:

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
IRPJ e CSLL	304	-	1.131	1.494
ISS	835	639	982	785
IRRF	479	445	582	538
PIS e COFINS	-	-	257	651
Outros	493	369	532	404
	2.111	1.453	3.484	3.872

20 Partes relacionadas

(i) Remuneração do pessoal chave da Administração

O pessoal chave da Administração é composto pela diretoria estatutária e conselheiros. Os montantes referentes à remuneração do pessoal chave da Administração durante o período findo em 31 de dezembro de 2020 a título de benefícios de curto prazo foram de R\$ 3.764 (R\$ 3.671 em 2019). A Companhia e suas controladas não concedem ao pessoal chave da Administração benefícios com características de longo prazo.

(ii) Garantias

Não há garantias prestadas a terceiros. A Companhia é avalista em operações de empréstimos contratadas por suas empresas investidas cujo saldo em 31 de dezembro de 2020 totaliza R\$ 153.970 (R\$ 159.311 em 2019).

(iii) Saldos e transações

Os principais saldos de ativos e passivos e resultado em 31 de dezembro de 2020 e 2019 com partes relacionadas estão demonstrados abaixo:

	Controladora							
	Locação de máquinas (i)		Locação de bens imóveis (ii)		Ativos		Passivos	
	2020	2019	2020	2019	2020	2019	2020	2019
RTP Administração e Participações S.A. (iii)	-	-	-	-	-	-	14.452	1.328
Rio Barigui Participações S.A.	-	-	-	-	778	665	13.555	985
BNDES Participações S.A. - BNDESPAR	-	-	-	-	-	-	6.026	438
Rio Bacacheri Participações S.A. (iv)	-	-	-	-	11.744	9.210	-	-
Rocha Granéis Sólidos de Exportação S.A.	-	-	-	-	230	226	-	-
Cattalini Terminais Marítimos S.A.	-	-	-	-	33.300	-	-	-
Porto Seco Rocha Terminais de Cargas Ltda.(i) e (iv)	396	2.271	-	-	3.849	4.346	-	298
Fullport8 Operação Portuária e Armazenagem Ltda.	-	-	-	-	265	120	-	-
Superagui Holding Patrimonial S.A. (v)	-	-	(15.190)	(14.258)	-	-	494	463
	<u>396</u>	<u>2.271</u>	<u>(15.190)</u>	<u>(14.258)</u>	<u>50.166</u>	<u>14.567</u>	<u>34.527</u>	<u>3.512</u>
Saldos por natureza								
Ativo circulante								
Contas a receber de clientes	-	-	-	-	335	303	-	-
Dividendos a receber	-	-	-	-	40.362	3.540	-	-
Ativo não circulante								
Contas a receber de clientes (iv)	-	-	-	-	9.469	10.724	-	-
Passivo circulante								
Fornecedores	-	-	-	-	-	-	494	761
Dividendos a pagar	-	-	-	-	-	-	33.748	2.453
Passivo não circulante								
Fornecedores (iii)	-	-	-	-	-	-	285	298
	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>50.166</u>	<u>14.567</u>	<u>34.527</u>	<u>3.512</u>

	Consolidado							
	Locação de máquinas (i)		Locação de bens imóveis (ii)		Ativos		Passivos	
	2020	2019	2020	2019	2020	2019	2020	2019
RTP Administração e Participações S.A. (iii)	-	-	-	-	-	-	14.452	1.328
Rio Barigui Participações S.A.	-	-	-	-	778	665	13.555	985
BNDES Participações S.A. - BNDESPAR	-	-	-	-	-	-	6.026	438
Rocha Granéis Sólidos de Exportação S.A.	-	-	-	-	230	226	-	-
Cattalini Terminais Marítimos S.A. Fullport8 Operação Portuária e Armazenagem Ltda.	-	-	-	-	33.300	-	-	-
Companhia Operadora Portuária do Itaquí-COPI	-	-	-	-	677	650	-	-
Superagui Holding Patrimonial S.A. (v)	-	-	(15.190)	(14.258)	-	-	494	463
	-	-	(15.190)	(14.258)	35.250	1.661	34.527	3.214
Saldos por natureza								
Ativo circulante								
Contas a receber de clientes	-	-	-	-	104	104	-	-
Dividendos a receber	-	-	-	-	34.139	666	-	-
Ativo não circulante								
Contas a receber de clientes	-	-	-	-	1.007	891	-	-
Passivo circulante								
Fornecedores	-	-	-	-	-	-	494	463
Dividendos a pagar	-	-	-	-	-	-	33.748	2.453
Passivo não circulante								
Fornecedores (iii)	-	-	-	-	-	-	285	298
	-	-	-	-	35.250	1.661	34.527	3.214

- (i) Refere-se a máquinas a Porto Seco Rocha Terminais de Cargas Ltda., as quais tem um prazo médio de recebimento de 7 dias.
- (ii) Refere-se a despesas de aluguel com imóveis, que são pagas à Superagui Holding Patrimonial S.A., em consonância com as condições e práticas do mercado imobiliário, e de longo prazo, conforme estabelecido no Acordo de Acionistas da Companhia firmado entre a RTP Administração e Participações S.A. e a Rio Barigui Participações S.A.. Outras locações de imóveis com prazos mais curtos, de outras empresas de partes relacionadas, são realizadas sempre com a aprovação prévia do Conselho de Administração.
- (iii) As contas a receber e a pagar de partes relacionadas são principalmente decorrentes de repasses de direitos e obrigações em comum à Companhia e suas partes relacionadas e àquelas relativas aos processos judiciais com perdas prováveis, cujos reembolsos e/ou pagamentos estão enquadrados em cláusula específica dos Acordos de Investimentos firmados entre os Acionistas. O montante total entre contas a receber e a pagar em 31 de dezembro de 2020, era de R\$ 285 a pagar (R\$ 298 em 2019 a pagar), reflexos de registros contábeis constituídos, estando, portanto, sujeito a compensações com outros débitos e/ou créditos incorridos na Companhia e a confirmação de fluxos de caixa futuros, como por exemplo, as perdas e ganhos em processos judiciais ativos e também passivos com data base dos fatos geradores anteriores à assinatura dos referidos Acordos de Investimentos.
- (iv) Refere-se as transações ao longo do exercício entre a Companhia e suas controladas integrais, além de saldos em aberto remanescentes do exercício anterior, e da proposta de distribuição de dividendos, valores que terão a sua destinação deliberada pelos Sócios/Acionistas no exercício de 2021.
- (v) Sociedade anônima de capital fechado, com sede em Curitiba - PR, que tem por objeto a exploração de locação de imóveis compreendendo armazéns e terrenos. Parte substancial dos terrenos e armazéns utilizados pela Companhia são locados da Superagui em consonância com as condições e práticas do mercado imobiliário, tendo a maioria dos contratos um prazo de 20 anos e possibilidade de renovação por mais 10 anos. A Companhia é detentora de ação preferencial de classe especial resgatável (Golden Share), que lhe dá poder de proteção quanto a veto em decisões sobre estes imóveis locados a ela, podendo impedir a alienação, criação de gravames, ônus direitos de retenção, garantias, penhoras, usufruto, entre outros. Também pode vetar alterações de cláusulas dos contratos de locação que versem sobre valores ou reserva de aluguel, prazo de locação, multas e indenizações, hipóteses de rescisão de contratos, regras aplicáveis a benfeitorias, entre outros. A Rocha possui somente uma ação que lhe dá poder de proteção exclusivo aos imóveis locados, a qual não se estende para o restante das operações da coligada, de modo que a Companhia não é controladora da Superagui.

21 Provisão para contingências

A Companhia e suas controladas são parte em ações judiciais e processos administrativos perante tribunais questões tributárias, aspectos cíveis, fiscais, trabalhistas e outros assuntos decorrentes do curso normal de seus negócios.

A Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos, análise das demandas judiciais pendentes e, quanto às ações trabalhistas, com base na experiência anterior referente às quantias reivindicadas, constituiu provisões nos montantes apresentados abaixo, que são consideradas suficientes para cobrir as perdas prováveis com ações em curso.

Controladora								
Natureza	Depósitos judiciais			Provisão				
	Saldo em	Depósitos	Resgates	Saldo em	Saldo em	Provisão	Provisão	Saldo em
	31/12/2018			31/12/2019	31/12/2018	constituída	revertida	31/12/2019
Cíveis (i)	28.535	8.827	-	37.362	-	-	-	-
Trabalhistas (ii)	91	313	-	404	240	-	-	240
Tributárias	413	-	-	413	-	-	-	-
	<u>29.039</u>	<u>9.140</u>	<u>-</u>	<u>38.179</u>	<u>240</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>240</u>

Controladora								
Natureza	Depósitos judiciais			Provisão				
	Saldo em	Depósitos	Resgates	Saldo em	Saldo em	Provisão	Provisão	Saldo em
	31/12/2019			31/12/2020	31/12/2019	constituída	revertida	31/12/2020
Cíveis (i)	37.362	5.882	-	43.244	-	-	-	-
Trabalhistas (ii)	404	-	(313)	91	240	-	(232)	8
Tributárias	413	-	-	413	-	-	-	-
	<u>38.179</u>	<u>5.882</u>	<u>(313)</u>	<u>43.748</u>	<u>240</u>	<u>-</u>	<u>(232)</u>	<u>8</u>

Consolidado								
Natureza	Depósitos judiciais			Provisão				
	Saldo em	Depósitos	Resgates	Saldo em	Saldo em	Provisão	Provisão	Saldo em
	31/12/2018			31/12/2019	31/12/2018	constituída	revertida	31/12/2019
Cíveis (i)	28.535	8.827	-	37.362	-	-	-	-
Trabalhistas (ii)	163	313	(72)	404	460	-	(1)	459
Tributárias	413	-	-	413	3.989	185	-	4.174
	<u>29.111</u>	<u>9.140</u>	<u>(72)</u>	<u>38.179</u>	<u>4.449</u>	<u>185</u>	<u>(1)</u>	<u>4.633</u>

Consolidado								
Natureza	Depósitos judiciais			Provisão				
	Saldo em	Depósitos	Resgates	Saldo em	Saldo em	Provisão	Provisão	Saldo em
	31/12/2019			31/12/2020	31/12/2019	constituída	revertida	31/12/2020
Cíveis (i)	37.362	5.882	-	43.244	-	1.168	-	1.168
Trabalhistas (ii)	404	2	(313)	93	459	-	(391)	68
Tributárias	413	-	-	413	4.174	55	-	4.229
	<u>38.179</u>	<u>5.884</u>	<u>(313)</u>	<u>43.750</u>	<u>4.633</u>	<u>1.223</u>	<u>(391)</u>	<u>5.465</u>

- (i) Refere-se a discussão judicial com a APPA - Associação de Portos de Paranaguá e Antonina, onde a Companhia foi beneficiada por ação coletiva movida pelo Sindicato dos Operadores Portuários- SINDOP, a qual visa a decretação da inconstitucionalidade e ilegalidade dos reajustes das tarifas portuárias que passaram a ser cobradas dos operadores portuários do Estado do Paraná, com base na Portaria 282/2001 do Ministério dos Transportes e na ordem de serviço nº 273/2001. Os valores controversos estão sendo depositados em juízo. O saldo do contas a pagar devido a APPA é reconhecido em outras contas a pagar no passivo não circulante.
- (ii) Refere-se, principalmente, a reclamações movidas por ex-empregados, cujos pleitos envolvem o pagamento de verbas rescisórias, adicionais e horas-extras. Todas as perdas incorridas cujos fatos geradores sejam anteriores aos Acordos de Acionistas firmados entre os Acionistas da Companhia são indenizáveis, respeitando os prazos limites dos Acordos de Investimentos firmados entre os Acionistas.

Além das causas acima mencionadas, a Companhia e suas controladas são ré em outras ações cuja probabilidade de perda é considerada como possível, segundo a opinião de nossos assessores jurídicos, as quais totalizam R\$ 962 (R\$ 399 em 2019). Nenhuma provisão para perdas destas causas foi reconhecida nessas demonstrações financeiras, individuais e consolidadas.

22 Patrimônio líquido

a. Capital social

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, o capital social da Companhia é composto de 31.574.044 ações ordinárias sem valor nominal, tendo tais ações sido totalmente integralizadas.

O capital social está distribuído da seguinte forma entre os acionistas:

Acionistas	Participação	Ações	Capital
RTP Administração e Participações Ltda.	41,98%	13.253.848	13.254
Rio Barigui Participações S.A.	40,17%	12.681.971	12.682
BNDES Participações S.A. - BNDESPAR	17,85%	5.638.225	5.638
	<u>100,00%</u>	<u>31.574.044</u>	<u>31.574</u>

b. Reserva de capital

Refere-se, substancialmente, ao ágio na emissão de ações em decorrência da variação entre o preço de emissão e o valor nominal das ações emitidas em 2010, 2011, 2014 e 2015.

c. Ágio em transação de capital

Auferidos em 2019 conforme N.E. 2 no valor de R\$ 37.176 (R\$ 0 em 2020) refere-se ao ágio auferido pela controlada Rio Bacacheri Participações S.A. como resultado da aquisição de 40% da Vanzin Operações Portuárias S.A. realizada em outubro de 2019. A alocação deste ágio no patrimônio líquido da Companhia foi efetuada em consonância com os dispostos no CPC 36 (R3) – Demonstrações Consolidadas e no ICPC 09 - Demonstrações Contábeis Individuais, Demonstrações Separadas, Demonstrações Consolidadas e Aplicação do Método da Equivalência Patrimonial.

d. Reserva legal

É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social nos termos do art. 193 da Lei 6.404/76, limitada a 20% do capital social ou, quando acrescida da reserva de capital, limitada a 30% do capital social. A Companhia alcançou no exercício findo em 31 de dezembro de 2016 o limite estabelecido e, dessa forma, não foi necessário realizar a constituição da referida reserva para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020 e 2019.

e. Reserva de retenção de lucros

Os saldos da rubrica de lucros acumulados em 31 de dezembro de 2020 e 2019 foram destinados à reserva de retenção de lucros para futura deliberação dos acionistas, nos termos do estatuto social da Companhia. Por decisão dos acionistas, a reserva compõe o orçamento de capital para novos investimentos aprovado em Assembleia Geral Ordinária nos últimos três exercícios.

f. Dividendos

De acordo com o estatuto social da Companhia, os acionistas têm direito a um dividendo mínimo obrigatório de 25% do lucro líquido do exercício, após a constituição da reserva legal.

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, os dividendos foram calculados conforme demonstrado abaixo:

	2020	2019
Lucro líquido do exercício	134.991	91.443
(-) Reserva legal (i)	-	-
Base de cálculo	134.991	91.443
Dividendo mínimo	25%	25%
Dividendos mínimos obrigatórios	(33.748)	(22.861)
Dividendos complementares	(13.000)	(2.092)
	(46.748)	(24.953)

- (i) A Companhia alcançou no exercício findo em 31 de dezembro de 2016 o limite estabelecido e, dessa forma, não foi necessário realizar a constituição da referida reserva para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020 e 2019.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2018 o Conselho de Administração aprovou, em reuniões realizadas em 4 de janeiro de 2018 e 18 de dezembro de 2018, o pagamento de dividendos de R\$ 46.666, dos quais R\$ 20.156 referiam-se aos dividendos mínimos obrigatórios e R\$ 26.510 a título de dividendos complementares. Do montante total aprovado para distribuição, R\$ 26.666 foram pagos no exercício e o remanescente, no valor de R\$ 20.000 foi pago em 2019. Os valores foram ratificados pela Assembleia Geral Ordinária que aprovou as contas daquele exercício.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2019 o Conselho de Administração aprovou, em 17 de setembro de 2019 e em 17 de dezembro de 2019, o pagamento de R\$ 22.408 a título de antecipação dos dividendos mínimos obrigatórios daquele exercício e R\$ 2.092 a título de dividendos complementares. Um montante complementar de R\$ 453 foi proposto pelo Conselho de Administração ao final do exercício a ser pago em 2020, perfazendo uma proposição total de R\$ 24.953.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2020 o Conselho de Administração aprovou em 28 de janeiro de 2020 e em 23 de junho de 2020 o pagamento de R\$ 13.000 a título de pagamento de lucros acumulados. Os dividendos mínimos obrigatórios propostos pela Administração ao final do exercício de 2020 a ser pago em 2021 perfazendo um total de R\$ 33.748, serão deliberados em Assembleia Geral Ordinária a ser realizada até 30 de abril de 2021.

23 Receita líquida de vendas

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Granéis de Importação				
Operações portuárias	132.733	130.085	214.778	205.623
Armazenagens	57.230	54.623	57.737	57.330
	189.963	184.708	272.515	262.953
Granéis de Exportação				
Operações portuárias	103.584	94.481	103.584	94.481
	103.584	94.481	103.584	94.481
Industrializados				
Celulose	31.478	38.372	31.478	38.372
Operações de terminais	15.806	15.194	49.076	46.628
	47.284	53.566	80.554	85.000
Receita operacional bruta	340.831	332.755	456.653	442.434
Serviços cancelados	(245)	(838)	(248)	(838)
Impostos incidentes sobre os serviços	(33.653)	(32.387)	(47.443)	(46.053)
Deduções da receita	(33.898)	(33.225)	(47.691)	(46.891)
Receita operacional líquida	306.933	299.530	408.962	395.543

24 Custos dos serviços prestados e despesas administrativas e gerais

O custo dos serviços prestados e despesas comerciais e administrativas e gerais da Companhia e suas controladas possui a seguinte composição:

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Custos das operações portuárias	(92.805)	(94.948)	(118.146)	(122.682)
Mão-de-obra e encargos	(56.405)	(49.738)	(68.673)	(61.482)
Depreciação e amortização	(45.251)	(41.192)	(53.868)	(47.801)
Serviços de terceiros (diretos e indiretos)	(26.362)	(27.323)	(35.202)	(38.051)
Manutenção dos ativos	(8.662)	(10.794)	(10.546)	(12.801)
Locações de equipamentos e imóveis	(6.447)	(13.730)	(9.337)	(16.825)
Energia, água e comunicação	(5.943)	(5.812)	(6.245)	(6.164)
Combustíveis e lubrificantes	(3.213)	(3.042)	(5.313)	(5.293)
Outros custos e despesas	(7.415)	(5.875)	(9.641)	(7.235)
	(252.503)	(252.454)	(316.971)	(318.334)
Reconciliação dos custos e despesas, por função:				
Custos dos serviços prestados	(236.676)	(239.761)	(300.457)	(304.354)
Despesas comerciais	(315)	(399)	(315)	(399)
Despesas administrativas e gerais	(15.512)	(12.294)	(16.199)	(13.581)
	(252.503)	(252.454)	(316.971)	(318.334)

25 Resultado financeiro

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Receitas financeiras				
Rendimentos com aplicações financeiras	3.173	4.762	3.345	6.121
Outras receitas	18	10	36	20
	3.191	4.772	3.381	6.141
Despesas financeiras				
Juros sobre empréstimos e financiamentos	(11.567)	(20.293)	(12.134)	(21.475)
Juros amortizações arrendamentos	(5.585)	(5.837)	(6.266)	(6.608)
Juros CPC 06 arrendamentos	(3.522)	(3.601)	(3.980)	(4.080)
Juros incorridos e descontos concedidos	(1.077)	(3.165)	(1.794)	(3.227)
IOF e variação cambial passiva	(1.456)	(1.720)	(1.476)	(1.750)
Outras despesas financeiras	(1.178)	(792)	(1.253)	(926)
	(24.385)	(35.408)	(26.903)	(38.066)
	(21.194)	(30.636)	(23.522)	(31.925)

26 Instrumentos financeiros

A Companhia e suas controladas mantêm operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar liquidez, rentabilidade e segurança.

A Companhia e suas controladas utilizam instrumentos financeiros derivativos para administrar a sua exposição a risco de flutuação de taxas de juros em compromissos firmes. Os derivativos são inicialmente reconhecidos ao valor justo na data de contratação e são posteriormente remensurados pelo valor justo no encerramento do exercício. Eventuais ganhos ou perdas são reconhecidos no resultado imediatamente.

Os derivativos não designados como instrumentos de hedge são classificados como ativo ou passivo de acordo com fluxo de vencimento.

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Swap	1.529	-	1.529	-

Em 29 de setembro de 2020 a companhia contratou com o Banco Itaú uma Cédula de Crédito Bancário de R\$ 145.000, a ser paga em 17 parcelas semestrais vencendo-se a primeira em 15 de março de 2021 e final em 15 de setembro de 2030. O saldo devedor é reajustado mensalmente pela variação de 100% do CDI. Para proteger seus fluxos de caixa contra a variação do CDI a Companhia firmou um contrato derivativo (SWAP) em dezembro de 2020, com um valor notional de R\$ 72.500 e vencimento em 16 de setembro de 2030, pelo qual a Companhia substituiu a variação do CDI por IPCA.

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (inputs) utilizadas nas técnicas de avaliação. Para os instrumentos financeiros derivativos da Companhia são utilizadas mensurações de valor justo de

Nível 2. A Administração projeta os fluxos da ponta ativa e passiva do instrumento, descontando a valor presente com base em taxas de mercado.

Os valores contábeis dos instrumentos financeiros registrados no balanço patrimonial se equivalem aos seus respectivos valores justos e não refletem mudanças futuras na economia, tais como taxas de juros e alíquotas de impostos e outras variáveis que possam ter efeito sobre sua determinação.

O Conselho de Administração e os Diretores são responsáveis por supervisionar a gestão dos riscos que a Companhia está exposta.

Todas as operações com instrumentos financeiros não derivativos estão reconhecidas nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, conforme o quadro abaixo:

(i) Controladora

	Nota	2020			2019
		Mensurados ao custo amortizado	Outros passivos financeiros	Saldo contábil	Saldo contábil
Ativos					
Caixa e bancos	10	145	-	145	1.211
Aplicações financeiras	10	223.770	-	223.770	115.029
Contas a receber de clientes	11	31.895	-	31.895	27.661
Outras contas a receber	-	13.868	-	13.868	12.690
Passivos					
Fornecedores	17	-	17.441	17.441	21.447
Empréstimos e financiamentos	18	-	303.939	303.939	210.030

(ii) Consolidado

	Nota	2020			2019
		Mensurados ao custo amortizado	Outros passivos financeiros	Saldo contábil	Saldo contábil
Ativos					
Caixa e bancos	10	858	-	858	1.322
Aplicações financeiras	10	224.599	-	224.599	116.433
Contas a receber de clientes	11	26.919	-	26.919	25.158
Outras contas a receber	-	16.049	-	16.049	13.575
Passivos					
Fornecedores	17	-	21.700	21.700	24.417
Empréstimos e financiamentos	18	-	317.409	317.409	223.380

Caixa e equivalentes de caixa

A Companhia e suas controladas detinham caixa e equivalentes de R\$ 223.915 (R\$ 116.240 em 2019) nas demonstrações financeiras individuais e R\$ 225.457 (R\$ 117.755 em 2019) nas demonstrações financeiras consolidadas, os quais representam sua máxima exposição de crédito sobre aqueles ativos. O caixa e equivalentes de caixa é mantido com bancos e instituições financeiras de primeira linha.

Contas a receber e fornecedores

Decorrem diretamente das operações da Companhia e suas controladas, sendo mensurados pelo custo amortizado e estão registrados pelo seu valor original, deduzido da provisão para perdas estimadas e ajuste a valor presente, quando aplicáveis. O valor contábil se equivale, substancialmente, ao valor justo tendo em vista o curtíssimo prazo de liquidação dessas operações.

Empréstimos e financiamentos

São classificados como outros passivos financeiros não mensurados ao valor justo e estão registrados pelo método do custo amortizado de acordo com as condições contratuais. Esta definição foi adotada, pois, de acordo com entendimento da Administração, reflete a informação contábil mais relevante. Os valores justos destes financiamentos são equivalentes aos seus valores contábeis, por se tratarem de instrumentos financeiros com taxas que se equivalem às taxas de mercado e por possuírem características exclusivas, oriundas de fontes de financiamento específicas.

Gerenciamento dos riscos financeiros

Visão geral

A Companhia e suas controladas possuem exposição para os seguintes riscos resultantes de instrumentos financeiros:

Risco de crédito
Risco de liquidez; e
Risco de mercado.

Risco de crédito

Risco de crédito é o risco de a contraparte de um instrumento financeiro não conseguir cumprir com suas obrigações contratuais, que podem surgir principalmente junto aos recebíveis de clientes. As políticas de crédito fixadas pela Administração visam minimizar eventuais problemas decorrentes da inadimplência de seus clientes. Este objetivo é alcançado pela Administração por meio da seleção criteriosa da carteira de clientes que considera a capacidade de pagamento e análise de crédito.

Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco em que a Companhia e suas controladas possam eventualmente encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia e suas controladas na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Companhia e suas controladas.

Risco de mercado

Risco de mercado é o risco que oscilações nos preços de mercado, tais como as taxas de câmbio, taxas de juros e preços dos serviços prestados pela Companhia e suas controladas, têm nos ganhos da Companhia e suas controladas ou no valor de suas participações em instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercados, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno. Para mitigar esses riscos, a Companhia e suas controladas monitoram permanentemente os mercados locais, buscando antecipar-se aos movimentos de preços.

27 Cobertura dos Seguros

A Companhia e suas controladas adotam a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. Em 31 de dezembro de 2020, a cobertura de seguros contra riscos operacionais era composta por:

Natureza da cobertura	Montantes segurados
Bens móveis e imóveis (seguro compreensivo)	R\$ 120.000
Operações da Companhia (seguro compreensivo)	R\$ 80.000
Responsabilidade civil - administradores (D&O)	R\$ 45.000
Responsabilidade civil – obras	R\$ 10.000
Transporte rodoviário de cargas (RCTR-C e RCF-DC)	R\$ 1.000
Seguro de vida em grupo	R\$ 845
Riscos diversos – máquinas pequenas	R\$ 450
Cobertura para veículos (próprios e terceiros)	R\$ 300

A suficiência da cobertura de seguros é de responsabilidade da Administração da Companhia, que a considera adequada para cobrir eventuais sinistros. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria de demonstrações financeiras, conseqüentemente, não são examinadas pelos nossos auditores independentes.

28 Informações por segmento

As informações por segmento operacional estão apresentadas nas demonstrações a seguir que integram esta nota explicativa, em atendimento ao pronunciamento técnico CPC 22 (IFRS 8) - Informações por Segmento. A definição dos segmentos operacionais e a estrutura das demonstrações seguem o modelo de gestão já utilizado no acompanhamento dos negócios pelos administradores das unidades, junto com os seus gerentes e com report à Diretoria Estatutária; da mesma forma, são apresentados nas reuniões do Conselho de Administração.

As políticas contábeis utilizadas nas informações por segmento são as mesmas utilizadas nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, conforme nota explicativa 3.

A Companhia atua diretamente e por meio de suas controladas nos portos Paranaguá-PR, São Francisco do Sul-SC, Rio Grande-RS e São Luis do Maranhão-MA.

Segmentos operacionais

Granéis de exportação: representado principalmente pela atividade de recepção, armazenagem e operação portuária (embarque) de commodities agrícolas a granel, destinadas à exportação, principalmente soja e milho. As operações deste segmento são efetuadas pela Rocha Terminais.

Granéis de importação: representado principalmente pela atividade de operação portuária e armazenagem de granéis sólidos de importação, principalmente fertilizantes, e de outros granéis minerais, além de sal, malte, trigo e cevada, dentre outros. As operações deste segmento são efetuadas pela Rocha Terminais, Vanzin (subsidiária integral), Fullport8 (considera 28,33% dos resultados) e COPI (considera 50,00% dos resultados).

Industrializados: representado principalmente pela atividade de operações portuárias, de logística e de armazenagem, relacionada à exportação de celulose e importação de produtos siderúrgicos e de carga geral. As operações deste segmento são efetuadas pela Rocha Terminais e Porto Seco.

Granéis Líquidos: representado principalmente pela atividade de operação portuária e de armazenagem em tanques, relacionada ao embarque e desembarque de granéis líquidos, como derivados de petróleo, metanol, óleo de soja, etanol, dentre outros. As operações deste segmento são efetuadas pela Cattalini (considera 50,00% dos resultados).

Rocha Terminais Portuários e Logística S.A.
Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2020 e 2019

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019 nenhum cliente dos segmentos acima mencionados atingiu 10% de participação na receita bruta consolidada. Todas as receitas dos segmentos acima descritos são geradas no Brasil.

Demonstração consolidada do resultado por segmento operacional, exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019:

	2020							Total
	Granéis Exportação	Granéis Importação	Industrializados	Granéis Líquidos	Institucional	Valores Agregados	Eliminações	
Receita bruta de vendas	103.584	323.482	80.554	210.955	-	718.575	(261.922)	456.653
Deduções da receita	(10.621)	(33.417)	(10.239)	(21.001)	-	(75.278)	27.587	(47.691)
Receita Líquida	92.963	290.065	70.315	189.954	-	643.297	(234.335)	408.962
Custo dos serviços prestados	(37.463)	(185.309)	(57.320)	(38.485)	(15.564)	(334.141)	71.038	(263.103)
Resultado Operacional	55.500	104.756	12.995	151.469	(15.564)	309.156	(163.297)	145.859
Depreciação e amortização	(21.015)	(25.341)	(5.371)	(11.324)	(3.943)	(66.994)	13.126	(53.868)
Outras (despesas) receitas operacionais	-	(845)	-	(1.989)	(3.271)	(6.105)	2.834	(3.271)
Receitas financeiras	-	409	-	1.807	3.381	5.597	(2.216)	3.381
Despesas financeiras	-	(424)	-	(5.512)	(22.923)	(28.859)	5.936	(22.923)
IR/CS corrente	-	(2.334)	-	(45.702)	(17.230)	(65.266)	48.036	(17.230)
Lucro Operacional	34.485	76.221	7.624	88.749	(59.550)	147.529	(95.581)	51.948
Despesas financeiras CPC 06	-	(169)	-	-	(3.980)	(4.149)	169	(3.980)
Resultado de equivalência patrimonial	-	20	-	(1)	85.985	86.004	(19)	85.985
IR/CS diferido	-	(236)	-	(22)	1.038	780	258	1.038
Lucro líquido do exercício	34.485	75.836	7.624	88.726	23.493	230.164	(95.173)	134.991
	2019							
	Granéis Exportação	Granéis Importação	Industrializados	Granéis Líquidos	Institucional	Valores Agregados	Eliminações	Total
Receita bruta de vendas	94.481	303.537	85.000	179.351	-	662.369	(219.935)	442.434
Deduções da receita	(9.498)	(32.071)	(10.738)	(17.793)	-	(70.100)	23.209	(46.891)
Receita Líquida	84.983	271.466	74.262	161.558	-	592.269	(196.726)	395.543
Custo dos serviços prestados	(40.804)	(180.344)	(63.097)	(37.047)	(13.581)	(334.873)	64.340	(270.533)
Resultado Operacional	44.179	91.122	11.165	124.511	(13.581)	257.396	(132.386)	125.010
Depreciação e amortização	(18.919)	(23.722)	(4.697)	(8.866)	(1.819)	(58.023)	10.222	(47.801)
Outras (despesas) receitas operacionais	-	(5.409)	-	4	(557)	(5.962)	5.405	(557)
Receitas financeiras	-	208	-	2.902	6.141	9.251	(3.110)	6.141
Despesas financeiras	-	(266)	-	(4.718)	(33.986)	(38.970)	4.984	(33.986)
IR/CS corrente	-	424	-	(28.262)	(14.571)	(42.409)	27.838	(14.571)
Lucro Operacional	25.260	62.357	6.468	85.571	(58.373)	121.283	(87.047)	34.236
Despesas financeiras CPC 06	-	(80)	-	-	(4.080)	(4.160)	80	(4.080)
Resultado de equivalência patrimonial	-	390	-	(515)	67.001	66.876	125	67.001
IR/CS diferido	-	(309)	-	(10.571)	216	(10.664)	10.880	216
Lucro líquido do exercício	25.260	62.358	6.468	74.485	4.764	173.335	(75.962)	97.373

29 Informação suplementar às demonstrações de fluxo de caixa

Efeitos nas demonstrações em referência que não afetaram o caixa nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019, caso a operação tivesse afetado o caixa, seria apresentada na rubrica do fluxo de caixa abaixo:

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Dividendos a receber propostos, mas ainda não recebidos	(40.362)	(3.540)	(34.139)	(666)
Recebimento de dividendos relativamente a exercício anterior	120	374	120	374
Dividendos propostos por controladas	(3.420)	(1.751)	(546)	(1.280)
Juros capitalizados no exercício	3.052	916	3.052	916
Aquisição de ativos a pagar	-	-	-	60.769
Dividendos do exercício a pagar	33.748	2.453	33.748	2.453
Arrendamentos – CPC 6(R2) / IFRS 16	335	5.739	602	6.291
